

CAPÍTULO III

Um olhar sobre as Revistas

Este capítulo é dedicado à apresentação e análise dos conteúdos da Revista Pedagógica e da Revista de Educação e Ensino. Para tanto, está estruturado em quatro partes. Na primeira delas, optou-se por fazer uma caracterização mais geral das duas publicações, na qual se apresentam aspectos relacionados com a materialidade dos periódicos e um conjunto de características que contribuem para situá-los no contexto de sua própria produção.

Na segunda parte, pretendeu-se desenvolver uma das teses deste trabalho, a de que essas Revistas desempenharam um papel fundamental na circulação e na produção de saberes ligados à educação e, conseqüentemente, na progressiva constituição do campo disciplinar pedagógico, pela veiculação de um discurso educacional cada vez mais especializado.

Na seção seguinte, procurou-se caracterizar o momento histórico de finais do século XIX no Brasil e em Portugal, explorando-se o contexto sócio-histórico-cultural da educação nos dois países em confronto com o contexto internacional. Procurou-se abordar não só a ocorrência de fenômenos em escala global, mas também os verificados nos contextos locais e as grandes questões dos dois países.

Finalmente, a quarta e última parte deste capítulo fornece uma ampla e detalhada análise das duas publicações, apresentando aspectos relacionados à materialidade e ao ciclo de vida dos dois periódicos, bem como as temáticas predominantes, os assuntos tratados em cada uma delas e as características de sua composição.

1. Caracterização das Revistas

Antes de iniciar propriamente a caracterização das Revistas, cabe fazer referência às razões que justificaram a escolha dos dois periódicos, a Revista Pedagógica (RP), para o Brasil, e a Revista de Educação e Ensino (REE), para Portugal. Tais razões vinculam-se basicamente a duas ordens de “valor” ou

“importância” de naturezas distintas. Uma delas se refere a um certo atributo “consagrado” de Revistas que desempenharam um importante papel na história da educação de cada país. Em relação ao periódico português, o *Repertório da Imprensa de Educação e Ensino*¹¹ menciona ter sido a revista pedagógica de maior vulto em âmbito nacional no final do século XIX. Já em relação à Revista brasileira, também há estudos que lhe atribuem uma significativa importância em função do seu papel estratégico na veiculação dos ideais do governo republicano¹². Contudo, além da importância atribuída “externamente”, digamos assim, um outro atributo, de natureza mais “interna”, também ajudou a consolidar a opção por tais publicações.

No caso da Revista portuguesa, sua importância foi autoproclamada em declarações como “Foi em janeiro de 1886 que começamos a publicar a Revista de Educação e Ensino e podemos com ufania afirmar que ela marca uma época na história da pedagogia nacional” (Editorial, ano XII, 1897). Desta forma, interessava investigar neste trabalho em que medida o discurso do próprio periódico poderia imbricar-se na construção de um discurso educacional especializado. Assim como, no caso da Revista brasileira, o fato de ela ter sido, nas palavras de José Gondra, “o veículo de circulação da pedagogia oficial da República” imprimia-lhe uma especificidade que também importava pesquisar. Tratava-se não apenas de perceber de que maneira a Revista servia como veículo para ajudar a consolidar a República, mas também o quanto o seu discurso contribuía na construção de um discurso educacional especializado com base no ideário republicano e em outras influências filosóficas.

Além disso, é preciso referir, ainda no que tange à opção pela Revista Pedagógica, que a escolha se deu com base na reflexão a respeito da importância estratégica do seu local de publicação, a cidade do Rio de Janeiro. Maior cidade do país nos primeiros anos da República, com mais de 500 mil habitantes, além de ter sido a capital política e administrativa, não seria desprovido de propósito considerar que também pudesse ter desempenhado um papel relevante no processo de disseminação de idéias, práticas e representações. Conforme destaca José Murilo de Carvalho, desde a Independência e, particularmente, desde o início do Segundo Reinado a cidade passou a ser o centro da vida política nacional, constituindo-se na capital econômica, política e cultural do país (Carvalho, 1989).

¹¹ Ver António Nóvoa (Dir), 1993.

¹² Ver José Gondra, 1997a e 1997b.

É ainda o mesmo historiador que destaca:

Por quase uma década, o Rio seria a arena em que os destinos nacionais se decidiram. Depois da independência, era o momento de maior glória, de maior visibilidade para a capital, transformada em foco das atenções de todo o país. Acontecimentos, por banais que fossem, assumiam importância desmedida em função da ressonância produzida pela situação privilegiada em que se achava a cidade. Uma tentativa de assassinato, um empastelamento de jornal, uma greve, uma revolta de quartel ou de navio, que abalassem a capital, reverberavam pelo país inteiro. (Carvalho, 1989, p.22).

Com base nessa perspectiva, considerou-se que a Revista Pedagógica poderia ter tido considerável repercussão não apenas por ter sido editada pelo governo, como também por se situar num centro urbano detentor de papel estratégico no país em termos de disseminação de novos modos de enxergar o Brasil e o mundo¹³.

1.1. A Revista Pedagógica (Brasil)

A Revista Pedagógica insere-se numa das finalidades (no caso, a publicação de uma revista) do *Pedagogium* – Museu Escolar do Distrito Federal, órgão criado em 1890, no âmbito da reforma educacional realizada por Benjamin Constant à frente do então recém-criado Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (que entretanto seria extinto em outubro de 1892, quando a educação passa a constituir uma diretoria do Ministério da Justiça e Negócios Interiores). Tal Museu havia sido criado com o objetivo de contribuir para o avanço da instrução, o qual deveria se constituir em lugar de referência, à semelhança do que já ocorria em outros países, encarados como mais avançados e, por isso, modelos a serem seguidos¹⁴.

A Revista faz parte do projeto de implantação e desenvolvimento da educação nacional posto em prática a partir da implantação da República, em

¹³ Com vistas a uma descrição mais detalhada da cidade do Rio de Janeiro no início da República, ver especialmente o capítulo 1, O Rio de Janeiro e a República, do livro *Os bestializados*, de José Murilo de Carvalho, citado na bibliografia.

¹⁴ A ocorrência dos museus pedagógicos, e mais especificamente a do *Pedagogium*, merece ser analisada em dois níveis: em sua dimensão de fenômeno transnacional, evidenciada pela circunstância de modelo disseminado por vários países naquele período, e em sua dimensão local, para a qual se recorre às formulações do historiador José Murilo de Carvalho, ao destacar a cidade do Rio de Janeiro como o centro da vida política nacional nos primeiros anos da República.

1889. Evoca o exemplo das “melhores publicações congêneres que transmitem os resultados produtivos do estudo, da observação e da experiência” (Editorial do n.1, de 15 de novembro de 1890) destacando, nesse aspecto, a existência de determinados procedimentos científicos associados à modernidade para afirmar a importância do seu papel de divulgação e de contribuição na formação dos professores.

Publicada entre 1890 e 1896, a Revista Pedagógica não teve uma periodicidade regular, sendo mensal no início de seu ciclo de vida, irregular em alguns anos e trimestral já mais para o fim de sua existência. De formato 20 x 15 cm e com número de páginas variável ao longo do tempo, era publicada por Editores Alves & Cia, sendo vendida de forma avulsa e por assinatura. No editorial de seu primeiro número, afirma-se que seria distribuída gratuitamente aos professores públicos do ensino primário e aos estabelecimentos públicos de instrução, nacionais e estrangeiros. Não foi possível obter informações precisas a respeito de sua circulação, mas foram identificadas observações esparsas presentes em artigos e outras partes da publicação¹⁵. Joaquim José Menezes Vieira, diretor do *Pedagogium*, foi seu principal dinamizador, tendo sido o autor dos editoriais e também de diversos artigos.

Embora cada uma das seções constituintes de sua estrutura básica seja objeto de uma análise mais detalhada adiante, cabe dizer que, em linhas gerais, a Revista era composta por seções que variaram ao longo de sua existência, sendo que algumas delas tiveram uma irregular ou mesmo breve existência.¹⁶ As mais constantes foram:

Parte Oficial, onde eram apresentados decretos, atos oficiais, nomeações, licenças, jubilações, exonerações, regulamentos etc.; **Pedagogia**, onde eram publicadas “memórias de pedagogia”; **Chronica do Exterior**, dedicada ao que se passava fora do país (notícias sobre publicações, modelos de escolas, projetos de lei, estatísticas, programas, despesas com ensino, congressos, etc.); e ainda a **Chronica do Interior**, onde eram publicadas notícias relativas a acontecimentos ocorridos no próprio país.

¹⁵ José Veríssimo, por exemplo, em artigo sobre o *Pedagogium*, assinala que a RP “tem tido uma regularidade e pontualidade raras em publicações periódicas brasileiras” (Tomo III, n.16/17, 15/02/1892, p.218).

¹⁶ Enquanto os seis primeiros números apresentavam as seções Editorial, Parte Oficial, Pedagogia, Pantheon Escolar, Chronica do Exterior, Chronica do Interior, Bibliografia, Acquisições do *Pedagogium*, Visitas, Museus Pedagógicos, Material Collectivo para as aulas do 2º grau, Correio e Notas, logo a seguir o periódico praticamente se reduziu a Parte Oficial, Pedagogia, Chronica do Interior, do Exterior e Legislação.

1.2. A Revista de Educação e Ensino (Portugal)

Publicada regularmente durante 15 anos, entre 1886 e 1900, a Revista de Educação e Ensino “marca”, segundo Manuel Ferreira Deusdado, um de seus fundadores e também o seu principal responsável, “uma época na história da pedagogia nacional”. Pode dizer-se que desempenhou um papel essencial basicamente em duas frentes. Enquanto no âmbito do próprio país constituía “um eco do movimento intelectual da Europa e da América, particularmente em questões do ensino” e se preocupava com “as condições do desenvolvimento científico em Portugal”, também foi responsável pela divulgação no estrangeiro da evolução das idéias e práticas pedagógicas em Portugal, uma vez que, ao registrá-las de modo sistemático, servia como “um aparelho registador da desenvolvimento¹⁷ pedagógica do país”, à medida que ia sendo (re)conhecida externamente. Em função disso, teve o seu prestígio progressivamente consolidado e reconhecido tanto em Portugal como no estrangeiro ao longo da sua existência.¹⁸

Diferentemente da Revista Pedagógica, que fazia parte do dispositivo governamental republicano para a educação, a Revista de Educação e Ensino foi produto de iniciativa particular, o que marca uma distinção significativa entre ambas. De periodicidade mensal, formato 23 x 28 cm e com número de páginas que variava entre 16 e 64 pp, a publicação apresentava uma estrutura uniforme, constituída basicamente por artigos teóricos, muitos deles publicados em sistema de “continuação”, textos de carácter especulativo e de divulgação científica, textos oriundos de conferências, palestras, discursos e debates parlamentares, relatórios oficiais e legislação, relatos de experiências e projetos vários, além de uma rubrica denominada “Boletim Bibliográfico”, que apresentava críticas e notícias acerca de publicações nacionais e estrangeiras.

De forma geral, a Revista de Educação e Ensino dedicou muito do seu espaço a questões sobre a análise da importância da educação e de sua respectiva influência na evolução social, tratando também de noções de

¹⁷ O mesmo que desenvolvimento.

¹⁸ Citações retiradas de editorial do Vol XII, 1897. Também um outro editorial, do ano de 1898, registrava o “bom acolhimento em nível nacional”, com “o crescente número de assinantes que conta de ano para ano”, além “da sua larga e longínqua extracção no estrangeiro, onde tem obtido as mais simpáticas manifestações”, bem como uma listagem de periódicos que faziam referência à Revista, tais como o *Boletín de la Institución libre de Enseñanza*, a *Revue Internationale de l'Enseignement* e a *Rivista Internazionale di scienze sociali e discipline ausiliare* (Editorial, Vol XIII, 1898).

educação, pedagogia, instrução e ensino, em seus aspectos intelectual, moral, cívico, político, religioso, militar e físico, incluindo a educação pela arte e a educação correcional.

A Revista era vendida de forma avulsa e também por assinatura, além de auferir dividendos com a publicação de anúncios.

2. As Revistas Pedagógicas entendidas como *instituições*

"Contribuir pela educação recíproca dos mestres para o engrandecimento e felicidade da Pátria" (Menezes Vieira)¹⁹

A principal tese deste trabalho é que as Revistas Pedagógicas desempenharam um papel fundamental tanto na circulação quanto na produção de saberes (teorias, mas também idéias, modelos, práticas, experiências, etc.) ligados à educação e, conseqüentemente, na progressiva constituição de um campo disciplinar, no caso, o pedagógico, por meio da veiculação de um discurso educacional cada vez mais especializado. Dito de outra forma, entende-se que as Revistas, ao mesmo tempo em que veicularam tal discurso, ajudaram, de forma decisiva, a construí-lo.

O que se afigura aqui de mais relevante é exatamente a observação das Revistas como objetos dos quais emergiram processos de estruturação do próprio campo pedagógico. Interessa perceber a conjugação entre as dimensões científica, política e educacional especializada, ou seja, de que maneira ocorreu a construção de um discurso em educação (numa dimensão científica), também portador de uma idéia de progresso (em sua dimensão política, que busca legitimar o Estado-Nação) e, ao mesmo tempo, com pretensões de especialização.

Nesse sentido, cabem ainda algumas outras perguntas: que saberes eram mobilizados como respostas aos desafios daquele momento histórico? Como era empunhado o argumento científico, o da racionalidade científica modernizadora? De que maneira a afirmação de um determinado corpo de saberes contribuía para que um determinado grupo, que apresentava suas formulações teóricas numa perspectiva especializada, também se afirmasse?

¹⁹ Revista Pedagógica, editorial, Tomo I, n.1, 15/11/1890.

Na perspectiva de uma história social das ciências, que busca estabelecer “um elo entre a história interna das produções intelectuais e o funcionamento do campo disciplinar com a história externa, repleta de demandas sociais que interagem com tais produções” (Hofstetter & Schneuwly, 2001), a análise das referências veiculadas pelas Revistas pode evidenciar em que medida tais publicações contribuíram para o processo de configuração do campo disciplinar pedagógico. Nesse sentido, tanto os conteúdos quanto os contextos são considerados elementos importantes e que mantêm relação entre si. Desse modo, é possível perceber as Revistas como espaços ao mesmo tempo de confluências e disputas e também como lugar onde estão em jogo diferentes interesses, envolvendo processos que realizam a produção discursiva.

Compartilhando a concepção desenvolvida por Peter Burke (1992) de que a base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social e culturalmente constituída, faz todo o sentido pensar que a História da Educação possa fornecer novas compreensões das práticas discursivas no interior do espaço social ocupado pelos atores educativos. Nesse sentido, e no caso da análise das Revistas pedagógicas, a linguagem foi vista como um sistema que constrói tanto quanto reflete, que prescreve tanto quanto descreve, o que obriga a pensá-las como elemento constituinte da realidade social.

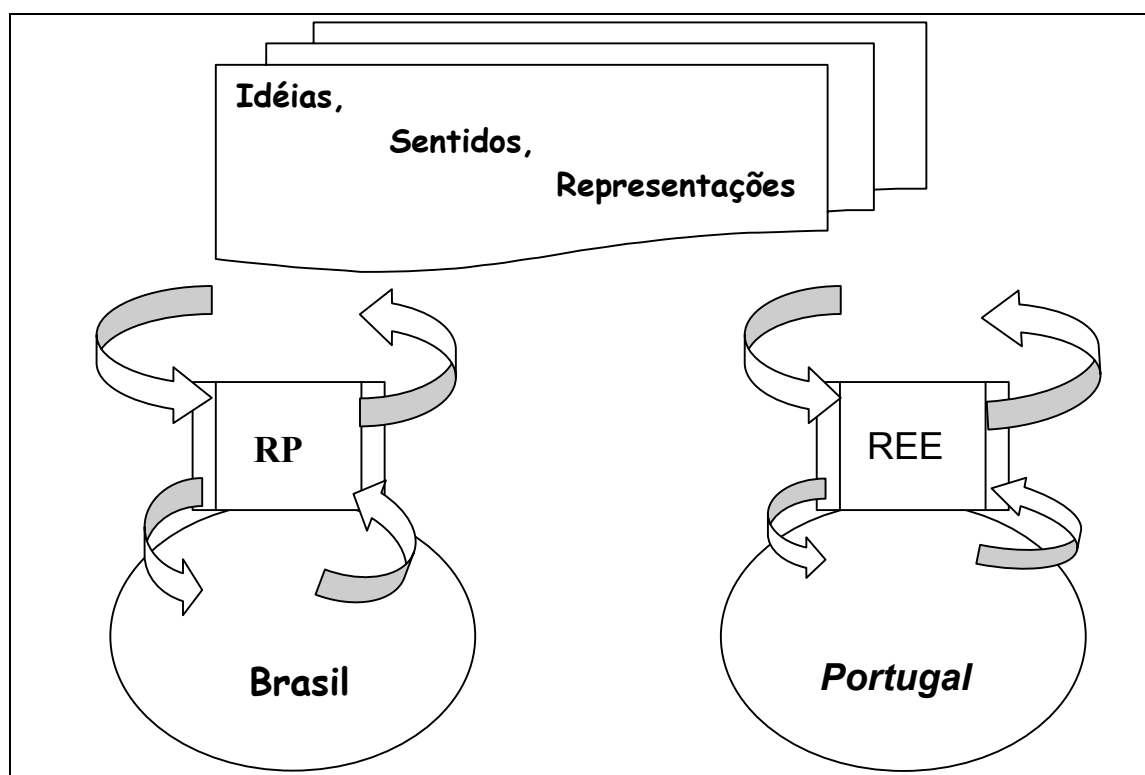
Essa posição conduziu a uma reapreciação da narrativa histórica tradicional ao considerar que as “histórias naturais” (factuais e objetivas) são as histórias dos grupos que detêm o poder para contá-las. Esta nova apreciação se traduziu na rejeição da idéia de “História” como um movimento capaz de restaurar um passado unitário e, ao mesmo tempo, na compreensão de que é possível a elaboração de “histórias” que possam traduzir processos diversos de construção social das coisas humanas, remetendo cada uma delas a um momento particular do passado e a intenções específicas de determinados grupos.

Ao realizar uma reflexão sobre o papel desempenhado pelas Revistas, esta pesquisa se propôs a olhá-las na confluência de dois níveis de realidade concomitantes: um internacional e outro nacional, que têm sido vistos na maior parte das vezes de forma excludente ou em relação de subordinação. Na perspectiva aqui adotada, as Revistas são vistas como um espelho de dupla face, ou seja, refletindo tanto uma dimensão quanto a outra, constituindo, elas próprias, um espaço intermédio, isto é, que se interpõe entre os dois níveis.

As Revistas situariam-se então num nível intermediário entre o nacional e o internacional, registrando as duas dimensões e, ao mesmo tempo, contribuindo para a construção de um fluxo de idéias, concepções, modelos, etc., bem como de representações e pessoas, nos dois níveis mencionados. Além de, conseqüentemente, colaborar na constituição do campo disciplinar, a pedagogia e seus especialistas.

Nesses termos, a progressiva configuração do campo pedagógico dá-se nesse espaço *entre-dois*, por vezes totalizador, por vezes contraditório, que é o de tentar responder às necessidades imediatas de um determinado contexto histórico (ver, por exemplo, o momento brasileiro com a ascensão da República e a necessidade de “reformatar” o sistema) e, ao mesmo tempo, tentar acompanhar o que se passa “lá fora”²⁰.

Na tentativa de explicitar melhor aquilo que se pretendeu formular anteriormente, foi elaborado o seguinte diagrama:



²⁰ A idéia de espaço intermédio e a expressão *entre-dois* foram apropriadas do texto de A. Nóvoa, *Para uma análise das instituições escolares* (1995), que as utiliza para propor um olhar diferenciado sobre as instituições escolares. Embora aqui tenha sido dado um enfoque diferente, considero pertinente referir a filiação tanto da expressão quanto da idéia sugerida.

A figura pretende ilustrar o lugar ocupado pelas Revistas de acordo com o entendimento do papel desempenhado por essas *instituições*. Contudo, tão importante quanto evidenciar o lugar ocupado é também identificar o lugar de onde se fala, isto é, de onde se enuncia um determinado discurso. Além de indicar o lugar que as Revistas Pedagógicas ocuparam, com base no papel por elas desempenhado no contexto da institucionalização do campo pedagógico, importa mencionar também de onde essas mesmas publicações procuram enunciar os seus propósitos e objetivos. Desta maneira, acredita-se ser possível identificar as pretendidas esferas de pertencimento enunciadas sobretudo nos editoriais e em artigos “de opinião”²¹.

2.1 As Revistas como “elementos de propaganda científica”

Esta parte do trabalho foi elaborada tendo como base os editoriais das duas Revistas. Cabe assinalar que eles não apresentam uma estrutura semelhante aos que são mais comuns hoje nas publicações periódicas, em outras palavras, mais diretamente dirigidos ao leitor, com presença constante a cada número da publicação e onde muitas vezes se faz a apresentação dos textos publicados. Nem sequer o conceito de editorial, como espaço de comunicação direta com o leitor, parece, no caso das Revistas, fazer muito sentido. Ao contrário, os editoriais da Revista Pedagógica e da Revista de Educação e Ensino são irregulares (em muitos números sequer aparecem) e nem sempre são explícitos na sua abordagem aos leitores. Contudo, se a aceção de editorial for considerada como um artigo em que se discute uma questão, apresentando o ponto de vista da publicação ou que reflete o seu posicionamento, será possível notar que os textos apresentados no início de alguns números refletem (e ajudam a marcar) uma posição do periódico.

Dessa forma, os editoriais mostraram-se uma fonte incontornável para a análise que se quis empreender em relação à maneira pela qual as Revistas viam-se a si próprias e à maneira como apresentavam suas intenções e seus objetivos, em suma, em relação ao papel que pretenderam desempenhar e à forma como justificavam/legitimavam a importância da sua ação. Ademais, a

²¹ O uso das aspas justifica-se por se considerar que a expressão não era utilizada comumente na época. Os artigos abarcados aqui sob essa denominação se referem àqueles em que a opinião pessoal é manifesta expressamente.

leitura atenta dos editoriais também permitiu evidenciar as linhas de atuação das publicações.

Logo de início, é possível estabelecer alguns pontos de convergência, relativamente ao que é enunciado nos editoriais, entre as duas Revistas: ambas apresentam pretensões de divulgação científica destinada a um público mais alargado²², as duas evocam experiências de publicações estrangeiras como modelo e, por fim, apresentam-se como publicações especialmente destinadas aos professores, cabendo a elas a tarefa de contribuir para melhorar a situação desses profissionais. Senão vejamos.

Em relação aos seus propósitos, as duas Revistas utilizam o editorial do seu primeiro número para explicitar seus objetivos. Assim é que a Revista de Educação e Ensino, em seu primeiro número, apresentava como propósito abordar

todas as questões importantes que dizem respeito à educação e ensino, e ainda subsidiariamente outras de elevado alcance filosófico, literário e científico, isto é, tudo quanto seja necessário e útil ao progredimento intelectual da humanidade, sendo especialmente um auxiliar de inquestionável valor para a árdua e nobilíssima tarefa daqueles a quem está confiada a instrução da sociedade futura.

Revista de Educação e Ensino, ano I, n.1, fevereiro de 1886, p.5.

Nesse sentido, os propósitos da Revista não poderiam ser menos “ambiciosos”: participar de uma “cruzada” que se entendia “santa”, a da instrução, e na qual o professor desempenharia papel fundamental.

Na santa cruzada em que estamos empenhados dirigimo-nos ao público que lê, e particularmente ao professor. O professor é a parte principal em todo o ensino, é a alma directora de onde dimana o verdadeiro impulso educativo, é o agente eficaz que faz desabrochar as faculdades nos cérebros juvenis, para elas se desentranharem em frutos que enriqueçam e nobilitem os indivíduos e as nações.

Revista de Educação e Ensino, ano IV, 1889, p.4.

A Revista Pedagógica, por sua vez, também aspirava “contribuir pela educação recíproca dos mestres para o engrandecimento e felicidade da Pátria”,

²² Embora isto seja explicitamente afirmado apenas na Revista portuguesa, o conjunto das declarações presentes nos editoriais e em textos no corpo da Revista brasileira torna possível afirmar que também esta possuía pretensões de divulgação científica.

objetivo apresentado no editorial de seu primeiro número, de 15 de novembro de 1890, assinado por Menezes Vieira. Outro propósito divulgado no mesmo editorial era publicar “todas as informações de reconhecida utilidade para o progresso do professorado nacional”. Além desse propósito, a Revista apresentava explicitamente seu programa, claramente traçado na disposição regulamentar do *Pedagogium*:

A Revista Pedagógica publicará:

os atos oficiais relativos à instrução primária e secundária,

as conferências e lições dos cursos do *Pedagogium*,

memórias de Pedagogia, especialmente prática, de autores nacionais e estrangeiros,

juízos críticos sobre métodos e processos de ensino,

todas as informações de reconhecida utilidade para o progresso do professorado nacional.

Revista Pedagógica, Tomo 1º, n. 1, 15/11/1890, p.1.

Foi ainda no editorial do primeiro número da RP que Menezes Vieira afirmou ser a sua distribuição gratuita aos professores públicos de ensino primário e aos estabelecimentos públicos de instrução, nacionais e estrangeiros. Não foi possível investigar de que maneira tais propósitos foram postos em prática, contudo, interessa aqui ressaltar a dimensão “internacionalista” que parece estar presente na linha de atuação dos responsáveis pelo periódico, quando propõem a sua distribuição aos estabelecimentos estrangeiros.

A atenção dedicada ao que se passava em âmbito internacional também é evidenciada pela afirmação de que tal objetivo haveria de ser cumprido, “inspirando-nos no exemplo das melhores publicações congêneres, que transmitem os resultados produtivos do estudo, da observação e da experiência”.

Ainda em relação ao propósito de alcançar os professores, seis meses depois, em abril de 1891, o editorial fazia um balanço e um relato do que fora publicado no primeiro volume da Revista Pedagógica, afirmando que esta possuía “um caráter de publicação útil aos professores, feita por eles e para eles.”

O fato da RP ser enviada gratuitamente aos professores do ensino público e aos estabelecimentos oficiais de ensino, bem como às diretorias de Instrução Pública dos Estados da União para ser distribuída entre os professores, pode ser lido como uma firme determinação em consolidar espaço entre o professorado. Já a sua distribuição garantida nas escolas normais, aos

governadores ou presidentes dos Estados e às redações de jornais²³ parece, por sua vez, indicar um propósito de afirmar o periódico em outras instâncias. No caso das Escolas Normais, a distribuição pode ser interpretada como um indício de que não bastava ser divulgada apenas entre o professorado, quando enviada diretamente aos professores, mas que era preciso arregimentar simpatias nas escalas superiores, como numa tentativa de obter credibilidade a partir das autoridades – se se pensar nessas instituições como detentoras de avaliação abalizada sobre o que seria útil aos professores.

A Revista de Educação e Ensino assumiu-se, desde quase o seu início, como “elemento de propaganda científica” (Ano IV, 1889), evidenciando grande preocupação com a divulgação de “artigos de caráter especulativo ou de vulgarização científica” (Ano VI, 1891), e continuou ao longo de sua existência a reafirmar tal disposição: “Encetando o novo ano de publicação, a Revista de Educação e Ensino continua cônica da sua missão difundindo as modernas ideias pedagógicas e apresentando os novos *facies* das questões que se agitam no mundo científico” (Ano X, 1895).

A referência a publicações estrangeiras também esteve presente em algumas passagens dos editoriais da Revista portuguesa, podendo a comparação ser entendida aqui como uma justificativa para a sua própria existência.

Todos os países cultos possuem periódicos especiais para cada um dos diversos graus de ensino... A nossa aspiração é reunir nesta revista todos os elevados esforços dos professores com o propósito de estabelecer a unidade moral e intelectual do professorado português, e conferir-lhe assim a nobre função que desempenham em outros países revistas especiais, como por exemplo em França.

Revista de Educação e Ensino, ano IV, 1889, p.3.

²³ O trabalho *Os Congressos Pedagógicos da Liga Nacional de Instrução (Lisboa, 1908-1914)* apontou o papel fundamental da imprensa na própria constituição do campo educacional em Portugal, no final do século XIX e início do século XX, evidenciado pela participação de numerosos jornalistas e donos de jornais na fundação e promoção de associações de professores. Importante registar que a análise de uma série de artigos dos jornais pedagógicos no período demonstra, por um lado, a importância da dimensão de “prestação de serviço” da imprensa pedagógica no sentido de reduzir o isolamento de cada professor, e por outro lado, a importância “estratégica” desse tipo específico de imprensa (pela reunião e atuação em comum dos próprios jornais especializados) em aglutinar esforços e em dinamizar o processo de organização da classe docente. Mais do que servir como elemento de “divulgação” de informações, as revistas atuavam como elemento dinamizador da organização dos professores e da própria configuração do campo educativo (Carvalho & Fernandes, no prelo).

Para além desses pontos em comum, contudo, há alguns outros de dessemelhança que justificam uma abordagem detalhada e específica para cada um dos conjuntos de editoriais das duas publicações.

Como já foi dito, os editoriais não constituíram uma presença constante em todos os números das Revistas. Em relação à Revista Pedagógica, esta foi uma ocorrência ainda mais verificada, já que dos 30 números que compõem os 9 volumes apenas 7 possuem algum tipo de texto na folha de rosto do número correspondente (o primeiro foi analisado anteriormente, os outros seis são aqui apresentados e o último deles é objeto de análise mais adiante). Quando se diz “algum tipo de texto” se quer indicar que não são mensagens especificamente dirigidas aos leitores, mas sim pequenos textos, alguns deles sem assinatura. Para se ter uma idéia, apenas o editorial do primeiro número e um outro publicado seis meses depois, em forma de balanço e relato do que havia sido publicado, apresentam uma estrutura mais parecida com editoriais²⁴.

Cabe ainda destacar, na Revista brasileira, a afirmação de independência e autonomia frente ao governo (convém lembrar que a publicação fazia parte do dispositivo do governo republicano recém-implantado), quando Menezes Vieira declara ao término do editorial que “o caráter oficial da publicação nada tem de

²⁴ Os outros textos que apareceram na folha de rosto da publicação são:

Em 15/12/1890, *Asilo dos inválidos do ensino*. Apela ao Ministro da Instrução Pública por auxílio para a criação de um asilo destinado aos inválidos do magistério. Solicita que o governo adquira uma propriedade nos subúrbios da cidade e destine a direção do estabelecimento a dois ou três homens que se encarregariam de obter donativos. Sem assinatura.

Em 15/01/1891, *Inspeção escolar*. Posicionamento favorável ao governo na nomeação de delegados para os distritos escolares da capital. Assinala a falta de uma boa inspeção escolar, de intervenção criteriosa da autoridade, disposta a guiar, aconselhar e animar os professores. Refere que as escolas da França, Bélgica, Suíça e Alemanha jamais dispensaram o recurso de tal força, ressaltando que lá o inspetor alia o prestígio do cargo à competência profissional. Seu papel seria explicar regulamentos, tornar exequíveis programas, demonstrar a utilidade dos novos processos de ensino, dos instrumentos e dos aparelhos adotados. Nesses termos, “Mostrar de que modo pode e deve ser feito o que a Lei determina”. Sem assinatura.

Em 22/02/1891, oito páginas de declarações de pesar a respeito da morte de Benjamin Constant, Ministro da Instrução Pública, fundador do *Pedagogium*. Na primeira página, a fotografia de uma coroa de flores. Declarações de Ramiz Galvão, Felisberto de Carvalho, João Kopke, Alfredo de Paula Freitas (inspetor do 3º distrito escolar), Mário Vergniaud, Carlos Barreto, Menênio Vitruvio e Menezes Vieira.

Em 15/03/1891, *O Pedagogium*. Texto, escrito em forma de perguntas e respostas, sobre os propósitos do *Pedagogium*: informar a administração pública e o pessoal docente sobre o que se faz no Brasil e no estrangeiro em matéria de instrução; desenvolver e fortificar os conhecimentos que o professor primário deve possuir; agregar os professores. Informa também sua composição e finalidades: museu pedagógico, biblioteca, conferências e cursos práticos, uma escola-modelo, a Revista, concessão de uma sala aos professores. Assina MenezesVieira.

Em 15/04/1891, balanço dos seis meses da publicação. Relato sobre o que foi publicado no primeiro volume da Revista. “Nesses seis meses não recusamos trabalho algum referente a questões de ensino e sempre, em todos os números, declaramos aceitar a colaboração dos nossos colegas do magistério primário e secundário.” Apresenta o novo regimento interno das escolas primárias do DF, saudando os benefícios que advirão com ele. Assina Menezes Vieira.

imperativo, é uma prova de que o Governo reconhece, aprecia e quer auxiliar tão generosos esforços.” (RP, 15 de abril de 1891).

No tocante à Revista de Educação e Ensino, é preciso dizer que, embora os editoriais não estejam presentes em todos os seus números, há uma presença maior de textos dirigidos aos leitores.

Em editorial do ano de 1889, Ferreira-Deusdado enunciava:

A Revista de Educação e Ensino deve pelo seu espírito geral condensar, em forma acessível, as recentes aquisições metodológicas, vulgarizando os preceitos científicos e pedagógicos, e deste modo colaborará na regeneração do nosso ensino público, sobretudo no grau secundário, onde, além do mais, falta uma escola normal, alfobre de idóneos professores.

Revista de Educação e Ensino, ano IV, 1889, p.4.

Cabe assinalar que, ao utilizar de forma mais efetiva o espaço do editorial, a REE permitiu-se emitir opiniões relativas à crucial importância da educação para o progresso da(s) nação(ões), bem como realizar diagnósticos sobre a difícil situação que o país atravessava, confrontando-o sempre com outros países. Entretanto, o tema da educação como fator do progresso social não seria abordado apenas nos editoriais, tendo tido presença marcante, de diversas formas, em vários dos artigos publicados, como se verá a seguir.

2.2 O “problema social” da educação

Já se disse que se procurou analisar o discurso veiculado pelas Revistas de acordo com uma perspectiva que contemplasse a confluência das dimensões política, científica e educacional especializada, percebendo-se a construção de um discurso em educação (dimensão científica) ao mesmo tempo portador de uma idéia de progresso (dimensão política) e com pretensões de especialização.

Interessa-nos, nesta parte, destacar a dimensão política presente na maneira de abordar a educação como “fator social”. A antinomia entre o atraso e o progresso das nações, cujo diferencial é posto na instrução de suas populações, é um tema recorrente nas Revistas. Problemática que aparece tanto em artigos diretamente dedicados ao assunto (como, por exemplo, em *A instrução como fator social*, na REE) quanto em diversas passagens de artigos que tratam de outras temáticas em ambas as Revistas. Ressalta-se aqui essa

diferenciação a fim de que se possa destacar devidamente a dimensão atribuída ao tema, evidenciando uma determinada maneira de ver a educação numa dimensão político-social.

De acordo com esse ponto de vista, a educação, mais do que um valor, possui também um papel estratégico no progresso da nação e, ao ser enunciada pelas Revistas nessa perspectiva, constitui elemento suficientemente importante na configuração do argumento apresentado, de que as Revistas atuam como *instituições*. Os discursos enunciados por elas, quando apresentam a educação como “problema social” (como no caso da RP) ou como fator de superação do atraso (no caso da REE) apresentam formulações distintas, mas que caminham num mesmo sentido: de legitimação da ação que necessitava ser empreendida. Para tanto, as Revistas desempenham papel fundamental.

A idéia de progresso, associada ao desenvolvimento científico-tecnológico, e a ascensão de um discurso científico-médico-higienista serão tratadas no Capítulo IV, procurando-se ali realçar uma dimensão político-científica. Interessa ressaltar, portanto, nesta parte, a dimensão, por assim dizer, político-social, ainda que essa diferenciação seja um tanto artificial e vise apenas a uma melhor explanação do que se quer evidenciar.

A percepção da educação como “problema social” permeou as formulações e declarações presentes na Revista Pedagógica. No início do ano de 1894, no último editorial nela publicado, assinado por Menezes Vieira, foi apresentado sob o sugestivo título *Registra, não comenta*²⁵ um balanço dos cinco volumes editados entre 15 de novembro de 1890 e 15 de dezembro de 1893, no qual se chamava a atenção para

o apreço que os poderes públicos deram nesse período ao mais importante problema social do regime democrático e o concurso de colaboração efetiva prestado por mestres e professores brasileiros na penosa tarefa da educação popular.

Revista Pedagógica, nº 31, 32 e 33, 15 de março de 1894.

Na Revista de Educação e Ensino, João Manoel d’Almeida Pessanha, em artigo *Influência da educação sobre a evolução social*, publicado em 1886, também daria destaque à educação com a mesma perspectiva:

²⁵ Como se terá oportunidade de ver no item 3.3, a impregnação da visão de mundo positivista nas Revistas é bastante perceptível. Títulos como este podem ser lidos como uma evidência do propósito de registrar os fatos de maneira isenta e objetiva; em oposição ao comentário, subjetivo e impreciso.

A educação é hoje e será sempre o grande problema social, problema insolúvel para muitos, indeterminado para muitos outros, e que somente será dado resolver, agora e nos tempos vindouros a inteligências muito superiores. Nem se pode marcar tempo à obra da educação, como fez Leibnitz²⁶; a obra da educação é lenta e graduada como a obra do coral, sem que por isso deixe de ser valiosa e firme; pode levar milhares de anos, pode mesmo nunca se chegar a completar este grandioso edifício do progresso, o que não quer dizer que nós devamos desanimar e deixar de trabalhar por isso na obra monumental da regeneração da humanidade. As teorias ou demasiadamente retrógradas ou demasiadamente avançadas, levam-nos igualmente a descer do presente e a descuidar do futuro; mas há um meio-termo, e entre estas duas correntes opostas é talvez a doutrina média a que dá a resultante segundo a qual se produz o movimento regular, o movimento uniformemente acelerado, o movimento do progresso.

Revista de Educação e Ensino, vol I, 1886, p.56.

Ainda na mesma Revista, afirmações como “a instrução é o primeiro móvel do progresso social” (Ano I, 1886) parecem situar o problema em uma mesma perspectiva que atribui à educação a centralidade no debate sobre o progresso da nação. No artigo já mencionado *A instrução como fator social*, Ferreira-Deusdado afirmava:

Não precisamos fazer largas considerações para provar que a riqueza e a moralidade de um povo estão sempre ao nível do grau da sua cultura intelectual. Esta verdade é posta em evidência por qualquer facto sociológico.

Revista de Educação e Ensino, ano I, 1886, p.84.

A relação entre nível educacional e riqueza nacional aparece em seu discurso quando menciona que

Sem a instrução popular é impossível a um governo fomentar a riqueza pública, levantar a dignidade nacional, fortalecer o bem-estar e o aperfeiçoamento moral dos cidadãos. (Ibidem)

Ao mesmo tempo, o autor projeta o lugar que pode vir a ser ocupado por um povo instruído:

²⁶ “Dê-me a educação e eu mudarei a face da Europa antes de um século”, teria escrito o filósofo, de acordo com o autor do artigo.

Para que um povo possa figurar na história como modelo de força e de grandeza, é indispensável que seja instruído, porque só a instrução lhe pode dar a consciência das virtudes cívicas. (Ibidem)

Declara então que instruir a todos “é o dogma fundamental do progresso humano, no qual se estriba a dignidade de cada um, que é o distintivo de todas as virtudes cívicas e morais.” (Idem, p.85). Para finalmente concluir: “(...) devemos proclamar bem alto a educação, como meio preventivo de todas as calamidades e como instrumento redemptor da reconstituição social.” (Idem, p.87).

Importa assinalar que a comparação com outros países parece constituir um dispositivo acionado para conferir credibilidade/legitimidade aos argumentos. A Revista Pedagógica o faz de forma evidente, ao apresentar em sua estrutura uma seção especialmente dedicada a noticiar o que se passa em outros países, enquanto a Revista de Educação e Ensino age de maneira menos explícita, mas com uma enorme quantidade de artigos que estabelecem comparações com outros países. Esse procedimento parece evidenciar que o embrionário discurso pedagógico só se poderia estabelecer numa dinâmica de fortalecimento obtido a partir da referência a experiências externas.

Na Revista de Educação e Ensino são comuns as referências a outros países quando se trata de mobilizar argumentos para destacar a relevância da educação na tarefa de fazer progredir o país. Vejamos algumas passagens. Em editorial no ano de 1889, o mesmo Ferreira-Deusdado argumentava: “A ciência sociológica confere à educação a primazia entre os factores de superioridade das nações”, seguindo-se o diagnóstico da situação de Portugal, sempre em confronto com outras realidades:

Portugal ocupa na estatística internacional da instrução um lugar demasiado modesto, senão humilhante, em frente da grandiosa missão histórica que brilhantemente realizou. Há pois necessidade inadiável de inspirar no sentimento do país o amor pelas questões da instrução, porque nelas se encerra a esperança redentora do nosso destino social.

Revista de Educação e Ensino, ano IV, 1889, Editorial, p.4.

Outras situações internacionais são mobilizadas para conferir credibilidade ao diagnóstico, desta vez em comparação com o contexto europeu:

A causa primacial da nossa decadência, como estado político no concerto europeu, vem da nossa indiferença pela cultura intelectual e moral, que se vai arrastando débil e sem alento.

Revista de Educação e Ensino, ano VI, 1891, p.4.

O autor menciona a seguir países como a Bélgica, a Holanda, a Suíça e a Dinamarca, “países mais pequenos do que nós, [mas] que gozam nas suas relações internacionais do alto conceito que merecem.” Este era, aliás, um argumento utilizado de forma recorrente pelos autores da Revista portuguesa, não só nos editoriais, como também em outros artigos, quando afirmava que a inferioridade não decorria da extensão geográfica do país, mas da falta de educação do povo, citando-se sempre os “pequenos” países em extensão territorial, porém “grandes” em progresso. Na sequência, o texto dá continuidade ao argumento: “A nossa inferioridade actual não vem da extensão geográfica, vem da curta extensão e fraca intensidade da cultura no espírito nacional.” (Ano VI, 1891).

Antes disso, já em 1886, o artigo *O ensino livre perante o estado ensinante* afirmava:

O ensino é para um povo uma riqueza ainda mais preciosa do que a posse de vastas minas de ouro. A indigência de instrução em qualquer povo com certeza não é menos deplorável do que a indigência dos meios materiais.

A Holanda, país por natureza estéril, converteu-se, graças à instrução dos seus habitantes, numa das regiões mais ferazes²⁷ da Europa. Um povo inteligente lançado num solo estéril cria a indústria e o comércio; um povo indolente num solo feliz vive na eterna miséria.

Revista de Educação e Ensino, ano I, 1886, p.13.

Um outro aspecto a ser destacado refere-se à perspectiva de reforma social que então se formava em torno da articulação das novas categorias de pensamento e de discurso que se tornavam dominantes e faziam parte dos projetos de reorganização do Estado moderno e da racionalização da vida social (Nóvoa, 1998). Um desses discursos, referente ao discurso médico-científico, será abordado mais adiante. Um outro, imbricado nesse anterior, aqui denominado de reforma social, diz respeito à emergente modalidade de

²⁷ No sentido de “fértil”.

organização e controle da vida individual e coletiva caracterizada pelo recurso ao saber científico como base dos projetos e intervenções de reforma social.

“Abrir escolas é fechar penitenciárias” poderia servir de mote a tal discurso. Em se tratando de uma “santa cruzada”, a causa da instrução, importa afirmar o valor de tão nobre causa: “A boa educação é a base indispensável do progresso”, diria José Leite de Vasconcelos em 1889. Ou então, como afirmava João Manoel Pessanha ainda em 1886, nos primórdios da Revista: “A verdadeira educação consiste em levantar sobre bases sólidas o edifício social, em fazer com que o homem se manifeste como convém que seja”.

O mote da reforma social por meio da educação vinha contudo de Ferreira-Deusdado, homem preocupado com as relações entre educação e criminalidade, como mais adiante se verá, que afirmava, em artigo sobre *O ensino elementar e o professor primário*:

A instrução popular restringe a anarquia e dá ao educando elementos de trabalho. O dispendio feito pelo Estado com a instrução vai diminuindo o dispendio feito com as cadeias, porque a escola reprime os delitos e atenua o número dos criminosos. Abrir escolas é fechar penitenciárias, disse uma vez o maior orador da península. (...). A escola é o guia inspirador dos povos, que inunda de luz o espírito das nações, é a semente benéfica e fecunda que lança raízes por toda a parte, implantando o sentimento do bem, do direito e da justiça.

Revista de Educação e Ensino, ano I, 1886, p.347.

O autor salienta a necessidade de organizar a escola em base “mais positiva e científica”, proposição consoante o *espírito da época*, como mais adiante se verá, ao destacar o dever do povo português:

Proclamar bem alto a necessidade inadiável de melhorar e difundir a instrução dando às escolas uma organização mais positiva e científica é dever de todo português que deseja tornar efetiva a aspiração de progresso do seu desditoso país. (...). (Idem)

Com o mesmo autor retorna a menção ao estrangeiro, ao trazer, desta vez, os Estados Unidos da América como sociedade de referência:

A instrução é o segredo onde se esconde o destino dos povos e nós temos desprezado o encontro desse grande segredo. Os Estados Unidos da América é um país que foi feito na sua maioria de analfabetos, de viciosos, de criminosos, de mandriões emigrados da Europa e de escravos nativos ou importados, e a

escola fez milagrosamente desta incongruente mistura uma grande nação, que goza entre o mundo civilizado da liberdade e prosperidade a mais extraordinária e a mais invejável. (Ibidem)

Ainda sobre aquela espécie de busca de “cientifização” da organização escolar, Adolfo Coelho, em artigo sobre *A instrução pública e a pedagogia*, de 1889, faria uma dura crítica ao governo que, segundo ele, tendo que formular regras sobre o funcionamento do ensino, não tomava decisões com base num “sistema de princípios cientificamente estabelecidos”. Tais decisões eram, para ele, o “produto da casuística do momento”, ou seja, a tradição, a imitação superficial do estrangeiro, os interesses particulares, tudo isso parecia determinar mais as decisões.

À esfera do governo sobem notícias das modernas teorias pedagógicas, da organização educativa nos outros países: as revistas e os livros de ensino, principalmente franceses, (...).

As reformas do ensino fazem-se portanto em nome da pedagogia, ainda quando são a negação absoluta de toda a pedagogia.

Revista de Educação e Ensino, IV ano, 1889.

Percebe-se, no texto do autor, uma cisão entre a racionalidade do poder decisório e a racionalidade científica, ao assinalar que: “o ponto de vista puramente administrativo é realmente tanto o que predomina na concepção governamental do ensino, que este acaba por ser visto como um simples negócio...” E que “(...) para os políticos, os que falam em nome da ciência da educação são teóricos (...)”.

A entidade “mundo civilizado” seria retomada por António da Costa, um dos principais personagens do cenário educacional do século XIX português, em artigo intitulado *O que nos falta na iniciativa particular*, publicado em 1892. Chama a atenção o fato de o autor ressaltar as ações empreendidas em favor da instrução naquele *lugar* e as diversas iniciativas enumeradas por ele que dão a medida da movimentação em torno da questão da educação (sociedades, ligas, exposições, congressos, etc.).

Assombra realmente o que o mundo civilizado está operando, não só a bem da instrução elementar, mas também em relação a todos os graus do ensino, auxiliando eficazmente o elemento oficial, e demonstrando a suma importância a que a opinião pública de cada país eleva a questão educativa, como a questão

fundamental do progresso. Sociedades sobre sociedades, congressos sobre congressos, ligas sobre ligas, exposições sobre exposições, para os centenares de ramos do assunto monumental, têm lançado as mais produtivas sementes na imensa vastidão da humanidade.

Revista de Educação e Ensino, vol VII, n.1, janeiro de 1892, p.3.

O “mundo civilizado”, claro está, só seria alcançado por qualquer país por meio da elevação do nível cultural do seu povo. À educação era atribuída então a responsabilidade de ser a principal promotora do progresso da nação, de modo a poder fazer parte de uma *comunidade imaginada*²⁸ dos países ditos “avançados”, mas, numa espécie de outra face da moeda, teria igualmente um papel decisivo na “reconstituição” e na “regeneração” social da população, ou seja, na capacidade de empreender a reforma social necessária de modo a superar o atraso do país.

No caso da sociedade portuguesa, o tema do atraso e da “decadência” do país seria por muito tempo uma das questões sociais mais debatidas e isto teria uma enorme repercussão nas discussões a respeito da educação em Portugal, como se verá no item 3.4 deste Capítulo.

3. Aspectos sócio-histórico-culturais da educação no Brasil, em Portugal e “lá fora”

“(…) aqui no nosso ermo, aqui onde vivemos quase sequestrados ao convívio da ciência.” (João Manoel d’Almeida Pessanha)

3.1 Algumas considerações sobre as coordenadas de espaço – tempo

Ao longo da realização deste trabalho, procurou-se assumir uma perspectiva *externalista* ou contextualizada, em que os fenômenos educativos são analisados em sua conjunção com os fenômenos políticos, sociais, econômicos e culturais mais gerais, e, ao mesmo tempo, uma perspectiva *internalista* ou conceitualizada, atenta aos fenômenos educativos em suas manifestações específicas de configuração do próprio campo disciplinar.

²⁸ O termo é emprestado do interessante livro de Benedict Anderson (2000), citado na bibliografia.

Uma palavra a respeito do local-global. Além da perspectiva anteriormente apontada, importa referir que uma das reflexões que orientaram este estudo articulava duas instâncias de análise: uma contemplava os fenômenos ocorridos em âmbito local e outra levava em consideração o contexto internacional, não com a idéia de que o primeiro pudesse ser um mero reflexo do segundo, mas sim atenta à ocorrência de fenômenos que pudessem evidenciar a circulação de idéias, modelos e pessoas, em suma, representações e práticas, as quais se verificam em grande escala, não se tratando apenas de um acontecimento presente em um contexto particular, exclusivamente nacional.

Uma observação a respeito do tempo histórico. Concomitantemente, a reflexão anteriormente mencionada desdobrava-se numa outra consideração, desta vez ligada ao aspecto temporal, e que teve em Luciano Faria Filho, em trabalho sobre a instrução elementar no Brasil do século XIX, uma valiosa contribuição. Nessa obra, o autor afirma ser a educação primária desse período muitas vezes desconsiderada pelos estudiosos da educação brasileira, fazendo com que a “historiografia consagrada” marcasse o período imperial como um período em branco entre a “desastrada política pombalina e o florescimento da educação na era republicana” (Faria Filho, 2000). Embora essa assertiva seja apenas o ponto de partida do autor para explorar o processo de escolarização em toda a sua riqueza e diversidade no período em causa, tal advertência corroborou a idéia de que os estudos em história da educação no Brasil estariam ainda muito ligados a uma periodização que toma à história política os marcos usados como balizas para a demarcação temporal das pesquisas.

Tendo em mente tais considerações, este estudo procurou superar as periodizações consagradas por determinados paradigmas historiográficos, cuja periodização se baseia na história política, social e econômica. Assim sendo, importa referir que, no caso da Revista Pedagógica, por exemplo, este estudo procurou entendê-la para além do seu caráter de veículo do ideário republicano. Não se procurou perceber apenas a educação *na* República, pretendeu-se, sim, romper com a perspectiva de estudos que recortam a história da educação em Educação na Colônia, Educação no Império, Educação Republicana, etc. Quer isto dizer que entende-se que alguns dos fenômenos observados relativamente a esse periódico não surgem com a República no Brasil, mas devem ser percebidos como manifestações de processos iniciados muito antes desse momento, os quais, por sua vez, se prolongam no tempo. Dito de outra forma,

adotou-se uma perspectiva histórica que procura valorizar mais os processos de transformação, buscando perceber tanto as rupturas quanto as continuidades.

Por outro lado, também se fez necessário considerar as ocorrências que se iniciaram a partir da nova conjuntura, do que decorreu um modo de perceber o processo no qual se busca conhecer diferentes níveis que se sobrepõem. Nessa perspectiva, a análise de determinados fenômenos serve para mostrar que eles introduzem novos elementos os quais não anulam completamente situações anteriores, mas, ao contrário, passam a conviver simultânea e, às vezes, contraditoriamente.

3.2 “No exterior”: o estrangeiro como referência

Estudos como os apresentados na primeira parte deste trabalho apontaram para a ocorrência de um conjunto de fenômenos em vários países em seqüências de tempo muito próximas, sugerindo ser mais importante a coincidência do tempo social do que a do tempo cronológico. A análise das Revistas também evidenciou pontos de convergência que foram analisados como manifestação de tendências comuns ocorrendo em diversos países no período em estudo. Entre as tendências manifestadas, sobressaem o esforço de edificação dos sistemas estatais de educação, a concepção da educação como mola propulsora do progresso e o apelo à cientificidade da pedagogia, que compõem as linhas macro daquilo que se quer destacar.

As duas últimas tendências mencionadas, dada a sua importância estratégica para o trabalho, serão abordadas mais adiante, em itens específicos (3.1 e 3.2), no próximo Capítulo, o de número IV. No que tange à implantação dos sistemas estatais de ensino no contexto da consolidação dos Estados nacionais, em função da quantidade considerável de trabalhos publicados sobre o tema, não foi intuito deste estudo desenvolvê-lo, tampouco empreender uma extensa revisão de literatura, por entender que tal procedimento desviaria por demais a narrativa daquilo que interessa mais diretamente aos propósitos deste trabalho²⁹. Nesse sentido, dele lança-se mão apenas como contextualização histórica e como ponto de referência ao qual se buscou relacionar o conteúdo das Revistas.

²⁹ Sobre o surgimento dos sistemas estatais de educação, ver, entre outros, André Petitat (1994), especialmente os Capítulos 5, 6 e 7, e João Barroso (1995), especialmente a primeira parte.

Procura-se apresentar, nesta parte do trabalho, as referências feitas nas Revistas ao espaço exterior que ajudam a explicitar a importância atribuída ao contexto internacional, tanto no sentido de contribuir para a construção de um discurso especializado como para ajudar a configurar o campo educacional internamente, na medida em que concorre para legitimar a introdução de uma série de dispositivos institucionais com base na referência a experiências de outros países.

Tem-se presente que os contextos nacional e internacional não devem ser relacionados com base numa relação de subordinação, por isso, entende-se que, de acordo com o ponto de vista manifestado nas Revistas, mais do que simplesmente “importar” o que vinha de fora, importante era inserir-se num movimento percebido como maior e mais abrangente. Não se tratava de meramente copiar, mas de passar a fazer parte de um movimento percebido como mais amplo. Importava igualmente divulgar, ao mesmo tempo, o que se passava “lá fora” e a necessária inserção do país nesse movimento para alcançar um lugar privilegiado no “concerto das nações desenvolvidas”. Nesse sentido, a categoria “estrangeiro” foi criada para dar conta de um espaço mais abrangente, transnacional, que comporta vários países mas que os transforma em uma só entidade. Os termos “no estrangeiro” e “lá fora” passam a denominar um espaço de construção conjunta e ao mesmo tempo de partilha de referências.

Entende-se que a construção do conhecimento pedagógico esteja profundamente implicada nas tendências que marcaram o período, no qual se presencia o processo de implantação dos sistemas estatais de ensino que contribuem para a consolidação dos Estados nacionais. Tal processo foi amplamente registrado, como se viu, sobretudo nas páginas da Revista Pedagógica, que em sua estrutura interna manifestamente dedicou especial atenção ao contexto internacional, nas notícias veiculadas na Chronica do Exterior. A Revista de Educação e Ensino consignou também tal processo, ao veicular notícias sobre as iniciativas empreendidas em Portugal e em outros países, relativas a construção de edifícios escolares, uniformização dos procedimentos educativos, centralização administrativa, profissionalização docente, etc.

A Revista Pedagógica evidencia esse processo pela veiculação de referências feitas ao plano local e ao internacional. É interessante notar que há, nas notícias vindas “de fora”, inúmeros registros sobre a construção de edifícios

escolares que corroboram o relato verificado na Revista portuguesa e podem ser tomados como exemplos da tendência apontada anteriormente.

No plano internacional, aparecem notícias sobre diversos países. Seguem-se alguns desses relatos. Na Costa Rica, o Congresso havia autorizado o poder executivo a emitir um empréstimo especialmente destinado à construção de edifícios escolares; sobre a França, há o registro dos custos despendidos com a construção e os consertos de casas para escolas e com a construção e a instalação das escolas normais, apresentados em francos e em tom de surpresa, com ponto de exclamação no fim da nota. Há que perguntar se os leitores teriam idéia do quanto significariam aquelas quantias convertidas para a moeda nacional... A respeito da Grécia, há mais dados: sobre o número de escolas existentes e de meninos e meninas que as freqüentam. Interessante notar que, não havendo a possibilidade de comparar tais números com a população como um todo, fica difícil perceber a escala ou a importância dos índices da população escolar abrangida. Todavia, isso não parece ser o mais importante, e sim o fato em si mesmo do esforço empreendido. Sobre o México, registra-se que o ensino primário é obrigatório e leigo e são apresentados mais números relativos às escolas e aos alunos, além das despesas com a instrução primária, 2.080.000 piastras, “pouco mais ou menos cinco mil contos de réis”. Aqui aparece pela primeira vez a tradução dos valores estrangeiros para a moeda local. Munido desta informação, o leitor poderia dimensionar o valor do investimento feito por outro país na instrução (Revista Pedagógica, Tomo 1º, n.1, 15/11/1890).

Sobre a escolaridade obrigatória em todo o mundo, é ainda a Revista Pedagógica que nos traz as referências mais objetivas sobre os outros países. Em seu número 5, de fevereiro de 1891, há a notícia sobre os procedimentos adotados na Inglaterra para verificar a freqüência escolar: a cidade de Londres encontra-se dividida em distritos e cada um dos “vigilantes” tem a seu cargo cerca de 3000 crianças cuja freqüência deve acompanhar. Há o registro de que a duração normal do período de permanência na escola deveria ser de sete anos, mas que na média se reduz a cinco e meio.

No número seguinte, de 15 de março do mesmo ano, encontra-se o registro da existência de um *Bureau of Education* em Washington, EUA, cujo *commissioner of education* faz anualmente um relatório tratando da instrução pública em cada Estado. Interessante notar a observação feita a respeito de tal função:

O commissioner of education não é um ministro sujeito aos caprichos e às intrigas da *politicagem*, é um funcionário eminente, consagrado de corpo e alma a conservar o fogo sagrado da instrução popular, o poderoso agente da grandeza e da prosperidade dos Estados Unidos Norte-Americanos.

Revista Pedagógica, Tomo 1º, nº 6, 15/03/1891, p.322.

Uma leitura possível de ser feita é a de que as notícias veiculadas sobre o esforço empreendido na época para a edificação dos sistemas escolares em outros países servem como argumento para justificar a própria ação que o novo governo pretende empreender. A Revista parece sinalizar um duplo sentido: ao mesmo tempo que publica a legislação nacional, avança com notícias que “evidenciam” que o mesmo fato se dá em vários outros países.

Em seu primeiro número, por exemplo, publica-se o *Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal* que procura regular diversos aspectos do funcionamento da instrução naquele Distrito, evidenciando a preocupação em dotar o sistema de ensino de um conjunto de princípios e normas a serem seguidos, de forma a obter um sistema, se ainda não totalmente unificado, ao menos a caminho da uniformização.

O *Regulamento* prescreve: “É completamente livre aos particulares o ensino primário e secundário, desde que sob as condições de moralidade, higiene e estatística definidas nesta lei”. Além disso, destaca a exigência de “certificado das boas condições higiênicas do edifício, passado pelo delegado de higiene do distrito”, o que evidencia uma disposição de apresentar condições claras e bem definidas a serem seguidas por todos aqueles que se dispuserem a trabalhar com a instrução. A seguir, outra questão de princípios. Diz o texto que para exercer o magistério particular bastará que o indivíduo prove não ter sofrido condenação judicial por crime infamante e não ter sido sujeito à pena de demissão por faltar ao cumprimento de seus deveres.

O *Regulamento* também dispõe que a Instrução Primária deve ser livre, gratuita e leiga, tratando de questões relativas ao funcionamento das escolas. Prevê a frequência das escolas de 1º grau por alunos de 7 a 13 anos e a das escolas de 2º grau por alunos de 13 a 15 anos. O documento chega que as classes não deverão conter mais do que 30 alunos nas escolas de 1º grau.

Fica-se sabendo por ele que nas escolas de 1º grau o curso é dividido em curso elementar (dois anos), médio e superior (também dois anos cada). Encontra-se ainda a distribuição dos conteúdos de cada disciplina para cada

ano, tanto da escola primária de 1º grau quanto da de 2º grau, bem como as disciplinas ensinadas. Além disso, estabelece-se que em todos os cursos será constantemente empregado o método intuitivo, servindo o livro de simples auxiliar.

Sobre a ação empreendida na construção de edifícios, o decreto afirma que eles deverão ser “apropriados ao ensino, de acordo com os mais severos preceitos da higiene escolar”. Em seguida, salienta que

Cada escola primária terá, além das salas de classe e outras, dependências, sua biblioteca especial, um museu escolar provido de coleções mineralógicas, botânicas e zoológicas, de instrumento e de quanto for indispensável para o ensino concreto, um ginásio para exercícios físicos, um pátio para jogos e recreios, e um jardim preparado segundo preceitos pedagógicos.

Revista Pedagógica, Tomo 1º, nº 1, 15/11/1890, p.30.

Além das tendências macro já apontadas, identificaram-se ainda outras referências que, por se mostrarem recorrentes, autorizam a supor um padrão de ocorrência que ajuda igualmente a configurar o tempo-espço onde se movem as Revistas. São elas:

- A circulação de pessoas em missões ao estrangeiro e as relações entre instituições congêneres;
- A necessidade de formação específica para os professores - as Escolas Normais e os saberes especializados;
- As Exposições Universais e os Congressos Internacionais;
- Os Museus Pedagógicos.

As missões de professores a outros países com o intuito de observar o funcionamento de seus sistemas de ensino constituem um indício importante para se pensar a circulação de saberes, modelos e práticas que ajudaram a configurar as referências teóricas e a consubstanciar as ações que forneceram o suporte à implantação dos sistemas de ensino.

No Brasil, atentos ao que se passava “lá fora”, os integrantes da recém-criada estrutura governamental para as questões do ensino, já em 1890, faziam publicar as *Instruções para a comissão dos professores do Instituto Nacional dos Cegos que têm de ir à Europa por conta do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos*. A tal comissão, composta por dois professores, competia:

1º: Visitar os principais estabelecimentos de educação de cegos na Europa e estudar as suas organizações.

2º: Estudar os métodos de ensino adotados nesses estabelecimentos, tanto para o curso científico e literário como para o prático e profissional, e todos os melhoramentos que têm tido e o progresso que tem feito o ensino dos cegos.

3º: Propor ao Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos todos os melhoramentos e todas as medidas que tiver observado e estudado, e que julgar aplicáveis ao Instituto Nacional.

4º: Fazer aquisição de todo o material máquinas, aparelhos, utensílios, ferramentas e matérias primas que forem de reconhecida vantagem para o ensino dos cegos e de imprescindível necessidade para o melhoramento das oficinas já existentes (encadernação, reparação e afinação de piano, órgão e harmonica) e para outras que se querem montar.

Revista Pedagógica, Tomo 1º, nº 1, 15/11/1890, p.13 e 14.

Os professores estavam encarregados igualmente de adquirir objetos necessários ao ensino das disciplinas do curso literário e científico, instrumentos de música e outros para o ensino da ginástica, bem como de contratar dois ou três mestres para a iniciação dos alunos nas novas oficinas a serem criadas.

Outro aspecto digno de nota é que os professores tinham ainda a missão de “criar uma correspondência regular entre o Instituto e os mais importantes estabelecimentos de educação de cegos na Europa, de modo a estabelecer relações e comunicações recíprocas, com o fim de pôr o Instituto a par de todos os melhoramentos e progressos que se forem operando na educação dos cegos”.

A viagem ao exterior estava prevista para durar oito meses, período durante o qual os professores deveriam remeter mensalmente relatórios detalhados sobre tudo o que tivesse sido observado e estudado, assim como sobre as compras realizadas e os respectivos gastos.

Outro exemplo de como tais missões tiveram amplo espaço na Revista refere-se à publicação dos termos de uma missão atribuída pelo Ministério a três professores públicos primários e a um do próprio Ministério para visitar, na Europa e nos EUA, os estabelecimentos de instrução primária, a fim de estudar sua organização, seus métodos e os materiais de ensino adotados. Além disso, a Revista não apenas publicaria os termos da missão, como concederia amplo espaço aos próprios relatórios dos três professores primários, publicados integralmente ao longo de vários números do periódico, como se verá mais adiante. No texto da Revista foram incluídas as instruções que deveriam servir

de guia à missão: estudar a organização das escolas primárias urbanas e suburbanas de Paris, Londres, Bruxelas, Berna, Genebra, Zurich, Milão e Turim; conhecer o curso de trabalhos manuais da escola de Naas, na Suécia; visitar escolas de Nova York, Boston, Filadélfia, e Washington. Os visitantes deveriam remeter à Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária da Capital Federal os programas, livros escolares, plantas e fachadas de todas as boas escolas examinadas, além de relatórios trimestrais minuciosos de tudo quanto fosse observado. A previsão da viagem era de ano e meio para observar as escolas da Europa e de quatro meses para as escolas dos EUA, estando os professores obrigados a trabalharem por pelo menos cinco anos no Brasil depois de seu regresso da viagem.

Importa destacar que o próprio *Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal*, publicado logo no primeiro número da RP, entre itens mais gerais que dizem respeito à natureza e à estrutura do ensino, às disciplinas, à formação do pessoal docente, etc., apresenta um artigo, o de número 22, que prevê a realização de viagens regulares e constantes ao exterior.

Art. 22 De dois em dois anos o Conselho Diretor designará, com aprovação do governo, dois professores, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, que vão a países estrangeiros examinar miudamente os progressos do ensino primário e aperfeiçoar suas habilitações profissionais.

Parágrafo único: Esta comissão, estipendiada pelo Estado, durará no máximo dois anos, e para cada uma delas o Conselho Diretor formulará instruções especiais.

Revista Pedagógica, Tomo 1º, nº 1, 15/11/1890.

Se tais viagens chegaram a se realizar com a freqüência e periodicidade pretendidas não foi possível saber, mas a letra da lei sugere um firme propósito de buscar “lá fora” referências que pudessem subsidiar o processo de consolidação de um sistema educacional.

Não se pense porém que essas viagens tinham via de mão única. No número 3 da Revista Pedagógica, de dezembro de 1890, na Crônica do Exterior, em notícia sobre a França, há menção a uma visita ao México do Mr. Paul Rousseau, encarregado de estudar os estabelecimentos de instrução daquele país. Adiantava-se ainda que seria muito provável a vinda desse cavalheiro ao Brasil com o mesmo objetivo.

Digna de nota é também a publicação, em forma de notícias na seção Chronica do Exterior, de partes das cartas enviadas pelos professores primários em viagem pela Europa³⁰. Uma das notícias reproduz alguns trechos das missivas: visita a Museus Pedagógicos, compra de diversos objetos; visitas às escolas, nas quais se dedica especial atenção às condições higiênicas, aos móveis, aos regulamentos e programas. Registra-se ali que o método de ensino adotado é, de modo geral, frobeliano ou intuitivo.

Tratando das escolas primárias direi que encontrei na Bélgica as crianças muito aplicadas, muita emulação, as salas muito alegres por estarem os trabalhos dos alunos sempre em exposição, professoras parecendo muito bem preparadas, muita disciplina e progresso; creio que são dignas de serem tomadas como modelos as escolas da Bélgica.

Revista Pedagógica, Tomo III, n.15, 15/12/1891, p.139.

No tocante à Revista de Educação e Ensino, em função da própria natureza constitutiva da publicação, composta em grande parte por textos de cariz teórico, não foi comum encontrar referências tão explícitas às missões de professores ao estrangeiro como aconteceu com a Revista Pedagógica. Contudo, ainda assim foi possível identificar referências a viagens de estudo, empreendidas pelos próprios autores dos artigos, com o intuito de conhecer a situação educativa de outros países.

A respeito das Escolas Normais. A Revista Pedagógica apresentou em muitas das suas páginas um amplo debate sobre a constituição das Escolas Normais no País. Como bem destaca Heloisa Villela, a criação dessas escolas marcou uma nova etapa na institucionalização da profissão docente, acompanhando o processo de estatização do ensino, já nas décadas de 30 e 40 do século XIX, com o surgimento das primeiras escolas normais provinciais. Contudo, esse mesmo século seria marcado, no que se refere ao ensino normal, por avanços e retrocessos traduzidos em reformas, criações e extinções de escolas normais (Villela, 2000). Isto talvez explique a considerável quantidade de menções a esse assunto ao longo dos números da Revista, a começar pela publicação, ainda em 1890, do *Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal*, cujo artigo 12º determinava que “O governo manterá na

³⁰ Sendo que os relatórios da professora Amélia Fernandes da Costa e do professor M. J. Pereira Frazão foram publicados no corpo principal da Revista, na parte Pedagogia, em diferentes números. Também o relatório do professor Luiz A. dos Reis foi publicado na mesma parte da Revista, de uma só vez, em cerca de 60 páginas.

Capital Federal uma ou mais escolas normais, conforme as necessidades do ensino, e a cada uma delas será anexa uma escola primária modelo”.

Em seu número 3, de 15 de dezembro de 1890, a RP publicava o *Regulamento para a Escola Normal da Capital Federal*, que previa um estabelecimento de ensino profissional cujo fim seria dar aos candidatos à carreira do magistério primário a educação intelectual, moral e prática necessária e suficiente para o bom desempenho dos deveres do professor, regenerando progressivamente a escola pública de instrução primária. Estipulava o *Regulamento* que o ensino nesse estabelecimento seria gratuito, integral e destinado a ambos os sexos. No rol de matérias, observa-se não haver nada relativo a Pedagogia e/ou Metodologia.

O debate a respeito do ensino normal não seria tratado apenas na parte legislativa. A Revista forneceu indicações que fazem supor o predomínio de um modelo na implantação das Escolas Normais (com uma escola de experimentação anexa), que parece ter sido adotado em várias partes do mundo, uma vez que foram sendo encontradas referências a respeito em notícias sobre os outros países.

Notícias sobre a Argentina assinalam a existência de escolas normais primárias, cujo curso normal primário tem duração de três anos, além de escolas normais superiores, que preparam o pessoal para as escolas normais primárias e inspetores de ensino. Sobre o Chile, noticia-se a existência de Escolas Normais de Professores que constam de uma Escola Normal propriamente dita e de uma escola elementar externa, destinada à prática dos alunos normalistas. Da Itália, há a notícia da existência de Escolas Normais para professoras e professores. Fica-se sabendo outrossim da criação de uma escola complementar Froebeliana pela comuna de Roma, destinada a formar o pessoal para as escolas infantis.

Até mesmo o Japão parece também ter seguido o mesmo padrão, a julgar pelas notícias veiculadas no extrato da obra *Excursões Pedagógicas*, escrita em 1889 por Menezes Vieira, sobre o Congresso Internacional do Ensino Primário em Paris, durante a Exposição Universal de 1889.

Do conjunto de referências analisado, valeria destacar a presença de disciplinas semelhantes, a presença da Pedagogia, a existência dos exercícios práticos em escolas anexas, indícios que parecem apontar uma semelhança na

estrutura dos sistemas de ensino e na formação dos professores em vários países.

Nas páginas da Revista de Educação e Ensino também foi amplo o debate sobre a necessidade desse tipo de ensino³¹. Já em 1886, nos primeiros números da Revista, Ferreira Deusdado, em artigo intitulado justamente *O ensino normal lá fora, a necessidade deste ensino no nosso país*, afirmava:

A escola normal deve ter dois aspectos, um pelo qual se recebe a educação literária e científica, outro pelo qual o professor desenvolve e aperfeiçoa a aptidão do aluno exercitando-a gradualmente segundo os preceitos de pedagogia. As escolas normais são estabelecimentos com um carácter teórico e ao mesmo tempo prático. Não basta que o mestre saiba a matéria para poder ensiná-la, é indispensável o estudo da profissão de educador.

Revista de Educação e Ensino, Vol I, 1886, p.297.

Decorridos quatro anos, contudo, Adolfo Coelho faria, em 1890, um balanço negativo da formação do professorado nacional afirmando que:

A bagagem científica da grande maioria dos nossos professores é muito limitada. (...) uma classe compreende os que estudam, mas sem direcção científica verdadeira, (...); raríssimos constituem um último grupo, o dos que trabalham numa direcção verdadeiramente científica. Ainda a parte dos que constituem esse último grupo, faltam conhecimentos de pedagogia. Dificilmente se apurarão em todo o Portugal professores que estejam verdadeiramente ao corrente dos progressos da ciência da educação e a maior parte dos secundários e superiores nunca leram um livro de pedagogia.

Revista de Educação e Ensino, ano V, n.2, fevereiro de 1890, p.54.

O cenário nada animador da situação da formação dos professores no país talvez tenha sido responsável pela publicação, em forma de artigo, do relatório remetido pelo Ministro de Portugal na Suécia (espécie de embaixador) ao Ministério do Reino sobre *O ensino público na Suécia*. Publicado em quatro partes no ano de 1890, o artigo detalha o funcionamento do sistema público de ensino naquele país e destaca as Escolas Normais, a presença das disciplinas pedagogia e método, o “ensino teórico e prático” e a existência de uma escola de aplicação.

³¹ António Nóvoa destaca que as escolas normais estão na origem de uma profunda mudança, de cariz sociológico, no pessoal docente primário. Sob a ação desse tipo de ensino, os mestres miseráveis e pouco instruídos do início do século XIX deram lugar a profissionais formados e com um estatuto diferente. Sobre a história da profissão docente em Portugal, consultar Nóvoa, 1987.

A respeito das Exposições Universais e dos Congressos Internacionais. Ambas as Revistas mencionam a realização das Exposições Universais e de diversos Congressos Internacionais ocorridos durante o período em que foram publicadas³². No âmbito desta pesquisa, tais eventos foram interpretados como manifestações que promoveram a circulação de pessoas, idéias, modelos, práticas e sobretudo representações, criando um patrimônio comum do “mundo civilizado”.

As menções a esses eventos, em ambas as Revistas, são dispersas e sem conexão evidente, o que dificultou em certa medida a sistematização das informações. Contudo, as referências obtidas levam a crer que houve um significativo esforço no sentido de participar de tais eventos, tanto da parte do Brasil quanto de Portugal. No caso brasileiro, por exemplo, Menezes Vieira, em artigo publicado em setembro de 1894, começa por dizer que teve a honra de representar o Brasil no Congresso Internacional do Ensino Técnico, Comercial e Industrial em Paris, em 1889, mas destaca que foi a pedido da comissão brasileira e sem remuneração alguma (RP, Tomo VII, n.37, 38 e 39, 15/09/1894, p.33).

Em 1891, a Revista mencionaria, na *Chronica do Interior*, na nota necrológica em que registrava o falecimento do Barão de Macahubas (Dr. Abílio César Borges), criador e diretor do Colégio Abílio, que na Exposição Universal de 1889 havia sido aquele colégio o único estabelecimento a estar presente. O texto da Revista destacava:

Na Exposição Pedagógica do Brasil o Colégio Abílio foi um dos estabelecimentos particulares que na opinião do presidente do júri salvaram a honra do Brasil, comprometida pela injustificável ausência dos estabelecimentos do Estado.

Na Exposição Universal de 1889 foi ainda esse colégio o único estabelecimento que levou ao glorioso certame provas incontestáveis do nosso estado em matéria de instrução primária.

Revista Pedagógica, Tomo 1º, n5, 22/02/1891, p.322.

Mais adiante, é reproduzida a circular da Inspetoria da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, dirigida aos inspetores escolares sobre a necessidade de organização de um museu escolar junto a cada escola primária do 1º grau, a partir de regulamento de 8 de novembro de 1890. Na circular são

³² Para compreender em detalhe a ocorrência de tais eventos, buscaram-se informações nos livros *As grandes festas didáticas*, de Moysés Kuhlmann, e *As barbas do Imperador*, de Lília Schwarcz.

apresentadas algumas instruções sobre as quais assentam “as bases da organização dos museus escolares, segundo a experiência de outros países o tem demonstrado”. A respeito da coleção, propriamente dita, o item V diz que “uma vez começada a coleção, o professor deverá classificá-la segundo um plano metódico, que se aproxime do indicado por Buisson no seu Dicionário pedagógico”.

No caso de Portugal, sabe-se que foram muitos os portugueses que visitaram a Exposição Universal de 1889 em Paris. Os artigos da Revista de Educação e Ensino apresentam algumas referências avulsas a respeito dos educadores que comentam tais viagens, tal como Caetano Pinto (subdiretor do serviço geral de instrução municipal) que menciona ter apresentado à Câmara Municipal de Lisboa “relatório em que dá conta da missão de que foi encarregado, a estudar em Paris, na época da exposição, assuntos relativos à instrução municipal.” (REE n.6, junho de 1891, p.269). Para complementar tais informações avulsas, recorreu-se à consulta de suas biografias³³.

Sobre os Museus Pedagógicos. Outro conjunto de significativa relevância se refere às notícias veiculadas sobre a existência de Museus Pedagógicos em vários países. Essa instituição merece ser analisada em sua dimensão de fenômeno transnacional, evidenciado pela circunstância de modelo disseminado em vários países num determinado período de tempo. A publicação de uma lista com os Museus Pedagógicos existentes em várias cidades estrangeiras sugeriu que tal modelo de instituição tenha marcado significativamente o período. Em 1890, a Revista Pedagógica publicava a seguinte lista de Museus Pedagógicos em outros países:

Relação de museus pedagogicos no mundo:

Londres 1851

S. Petersburgo 1864

Bureau National of Education, Washington 1871

Roma 1874

Zurich 1875

Amsterdam 1876

Tóquio 1877

Paris 1879

Berna 1879

Bruxelas 1880

Lisboa 1882

Museu Escolar (da Associação Mantenedora do RJ) 1883

Madrid 1884

³³ As biografias aqui referidas constam do *Dicionário de Educadores Portugueses*, presente na bibliografia.

Mais especificamente sobre o *Pedagogium*³⁴, no *Regulamento da Instrução Primária e secundária do Distrito Federal*, encontra-se o Título IV – Do *Pedagogium*, que apresenta o caráter e as finalidades do referido estabelecimento:

Do *Pedagogium* (Título IV):

O governo manterá na Capital Federal um estabelecimento de ensino sob o nome de *Pedagogium*, destinado a oferecer ao público e aos professores em particular os meios de instrução profissional de que possam carecer, a exposição dos melhores métodos e do material de ensino mais aperfeiçoado.

Revista Pedagógica, Tomo 1º, nº 1, 15/11/1890, p.34.

Pretendia alcançar os seus propósitos por meio de ações como a boa organização e a exposição permanente de um museu pedagógico, conferências e cursos científicos adequados ao fim da instituição, gabinetes e laboratórios de ciências físicas e história natural, exposições escolares anuais, direção de uma escola primária modelo, instituição de uma classe-tipo [modelo] de desenho e de uma oficina de trabalhos manuais, organização de coleções-modelos para o ensino concreto nas escolas públicas e publicação de uma Revista pedagógica.

Sobre as relações a serem mantidas com outras instituições semelhantes, o *Regulamento* apresenta um parágrafo que trata especificamente do estabelecimento de “relações estreitas com as autoridades e instituições congêneres dos demais Estados da República e dos países estrangeiros, a fim de fazer-se a constante permuta de documentos e a aquisição de espécimes de todas as invenções e melhoramentos dignos de atenção”.

Menezes Vieira, no artigo *Das escolas anexas ao Pedagogium e à Escola Normal desta capital*, destaca a escola modelo do *Pedagogium* como “uma exposição permanente do que há de melhor quanto à organização material e pedagógica” e onde “os professores têm um tipo [modelo] para confronto, encontrando os melhores métodos e processos.” (Revista Pedagógica, Tomo 1º, n. 1, 15/11/1890). José Veríssimo também se pronunciaria a respeito da importância do *Pedagogium*:

³⁴Sobre todo o processo de criação do *Pedagogium*, desde o projeto inicial do Museu Escolar, ver o capítulo 7 do livro sobre Menezes Vieira, de Maria Helena C. Bastos (2002).

(...) O que ele tem de mais relevante é que podia tornar-se o centro moral de toda a organização de nosso ensino primário, e ser o elo que ligasse entre si todas as administrações do ensino público do país.

Revista Pedagógica, Tomo III, n.16/17, 15/02/1892, p.218.

3.3 Influências filosóficas

O século XIX foi marcado por correntes filosóficas como o liberalismo, o positivismo, o cientificismo³⁵ e o socialismo, apenas para citar as mais marcantes. Importa mencionar a influência do contexto europeu no qual se disseminavam idéias inspiradas no liberalismo, herança proveniente sobretudo da Revolução Francesa, e no cientificismo, principalmente no de Comte, que acreditava no poder da ciência positiva para regenerar a sociedade.

Como não faria sentido desenvolver, no espaço delimitado deste trabalho, uma recapitulação detalhada dessas correntes e dada a existência de bibliografia extensa e de qualidade relativas a tais movimentos de idéias tanto no Brasil quanto em Portugal, considerou-se mais pertinente destacar de que maneira essas diversas vertentes filosóficas se manifestam nas Revistas e avaliar o quanto influenciaram a constituição do discurso pedagógico.

A análise dos textos publicados nas Revistas levou a que se concedesse maior destaque sobretudo ao positivismo e ao cientificismo, uma vez que são mais evidentes e marcantes as referências a essas duas correntes, na medida em que foram inúmeras e variadas as passagens recolhidas em que os autores manifestam suas convicções no poder da ciência para a promoção do bem-estar social, ao mesmo tempo em que pretendem uma atitude objetiva e de isenção no trato das questões educativas.

Contudo, não seria possível deixar de mencionar a presença dos ideais do **liberalismo**, desta vez não tanto pela identificação de trechos nos quais pudesse ser identificado, mas sim pela interpretação feita com base na presença de Locke no rol dos autores mais citados nos textos das duas Revistas³⁶. Embora as citações ao pensador se refiram, na maior parte das vezes, a

³⁵ O mesmo que cientismo, no sentido da atitude que concebe que a ciência é capaz de resolver todos os problemas da humanidade e que os procedimentos científicos devem ser estendidos a todos os domínios da vida humana.

³⁶ A presença desses autores será analisada, juntamente com as citações referentes a outros autores, países, livros, etc., no item 2 do próximo Capítulo.

aspectos educativos, não se pode deixar de perceber a presença marcante do seu pensamento político liberal na própria formulação dos princípios educacionais. Considerado um dos principais teóricos do liberalismo, ao formular os “direitos naturais do indivíduo” (à vida, à liberdade e à propriedade), sistematizou aqueles que viriam a ser os valores máximos da doutrina liberal: o individualismo, a liberdade, a propriedade, a igualdade e a democracia.

Apesar de se ter consagrado muito mais como teórico da política liberal, John Locke (1632-1704) ocupou-se também em pensar a educação. Considerando o ser humano como uma *tabula rasa*, ou como uma folha de papel em branco, acreditava que as idéias que se gravam nessa folha só podem vir da experiência, combatendo assim os princípios do inatismo, ou seja, a existência de idéias inatas, independentes da experiência. Se o ser humano é *tabula rasa*, todos os indivíduos são iguais ao nascer, sendo as diferenças entre os homens causadas pela educação. Apóia-se nessa formulação um dos pilares do modelo de escola que viria a se consolidar a partir de meados do século XIX e que se espalharia por vários países da segunda metade em diante.

Da mesma forma, é possível perceber a presença de Rousseau pela condição que ocupa como um dos autores mais citados nas publicações. Embora se imponha como a mais significativa influência do século XVIII na formulação das questões educativas, Rousseau foi consagrado também como um dos teóricos da democracia liberal. As referências aos dois pensadores, se bem que guardem as especificidades de suas formulações no plano da educação, sugerem ainda a adesão a um modelo de educação laica e liberal.

Cabe nesse momento tratar mais especificamente das duas vertentes filosóficas de presença mais marcante nas Revistas: o positivismo e o cientificismo. A primeira delas manifesta-se sobretudo na concepção de ciência a serviço da ordem e do progresso, bem como no discurso de exaltação da educação como alavanca para o avanço da nação.

O **positivismo**, entendido aqui como movimento intelectual amplo, de grande alcance na segunda metade do século XIX, incluía tanto uma renovação filosófica quanto um plano de regeneração social (Dussel, 2001). Regeneração aliás, que foi temática amplamente discutida nas páginas da Revista portuguesa

e que também teve correspondência nas proposições discutidas na Revista brasileira³⁷.

Especificamente em relação à Revista Pedagógica, utiliza-se como exemplo da impregnação dos ideais do positivismo duas passagens dos textos de autoria de Felisberto de Carvalho e de Alambary Luz.

A primeira dessas passagens foi retirada do texto *O ensino da Gramática na escola primária*, publicado em novembro de 1890. Felisberto de Carvalho, ao dissertar sobre o ensino da língua, reconhece a sua “magna influência na educação do menino” e afirma ser do conhecimento geral que tal ensino

é um dos mais poderosos, senão o principal fator do progresso, quer na escola, quer mais tarde na vida social, em que o homem tem um papel a desempenhar, papel que será tanto mais importante quanto mais disponha o mesmo homem da facilidade de manifestar bem seus pensamentos por meio da linguagem.

Revista Pedagógica, Tomo I, n.1, 15/11/1890, p.87.

O segundo trecho foi retirado do *Discurso proferido por ocasião da distribuição de prêmios aos alunos do 2º distrito escolar* por Alambary Luz, publicado em fevereiro de 1892.

À medida que a questão de ensino público vai sendo estudada cientificamente, vão da mesma sorte aparecendo novas necessidades, exigindo diversas e imediatas satisfações de modo mais racional e prático de que o resultado produzido pelos métodos até agora usados geralmente.

Revista Pedagógica, Tomo III, n.16/17, 15/02/1892, p.222.

Comparando o corpo social a um organismo individual, o autor estabelece um paralelo entre as moléculas, elementos constitutivos do organismo individual, e os cidadãos, elementos do corpo social, que, no seu entender, sofreriam ambos o processo de “renovação celular”. Por analogia, atribui ele um importante papel à instrução, uma vez que seria a responsável pela formação dos novos elementos do tecido social.

Ao dissertar sobre o serviço que a escola popular poderia prestar ao “enorme trabalho de reorganização nacional”, ressalta a necessidade de saber esperar “o momento preciso para dar impulso às forças naturais da infância e

³⁷ Jorge Nagle ressalta que o tema da regeneração, discutido no século XIX, seria amplamente retomado pelas ligas nacionalistas que se disseminaram a partir dos anos 15 do século XX (Nagle, 1974).

não perder a oportunidade de inocular idéias e conhecimentos em cérebros juvenis no instante favorável à sua assimilação” (idem, p.223).

Em contraposição a esse movimento de adesão incondicional, observaram-se algumas referências explícitas ao positivismo enquanto sistema de idéias, desta feita em tom de crítica, como o artigo de José Veríssimo, sobre *O Pedagogium*, publicado em fevereiro de 1892, no qual ele critica a influência do positivismo:

O positivismo, com a sua reconhecida incompetência e provada incapacidade nas questões de educação e de ensino, influiu funestamente nesta parte da organização Benjamin Constant; de sorte que a nova escola normal apesar, ou melhor, por causa do acervo de materias, não corresponde senão escassamente aos intuitos da sua fundação, e carece de característica que a distinga como estabelecimento destinado à educação de futuros professores primários.

Revista Pedagógica, Tomo III, n.16 e 17, 15/02/1892, p.216.

Em relação ao que ocorria no Brasil, logo após o advento da República, José Murilo de Carvalho, ao mencionar a movimentação que se deu no mundo das idéias e das mentalidades, ressalta que a República não teria produzido correntes ideológicas próprias ou novas visões estéticas. Haveria, segundo ele, um cenário no qual se misturavam, sem muita preocupação lógica ou substantiva, várias vertentes importadas do pensamento europeu. Algumas delas já incorporadas durante o Império, como o liberalismo e o positivismo, outras impulsionadas, como o socialismo, e outras ainda seriam importadas, como o anarquismo. Entre os positivistas históricos no Brasil, havia, de um lado, os que se ligavam à corrente liberal spenceriana e federalista e, de outro, os que se inspiravam na tradição da Revolução Francesa, esta alinhada a uma visão mais rousseauniana do pacto social, mais popular e centralista. Entre os positivistas de vários matizes, muitos exultaram com o advento do novo regime, julgando ter chegado a hora, a que se consideravam destinados, de exercerem a tutela intelectual sobre a nação (Carvalho, 1999).

A influência do pensamento positivista na Revista de Educação e Ensino pode ser identificada também no discurso de exaltação da educação como alavanca para o progresso da nação, patente em afirmações como “Nas questões da instrução se encerra a esperança redentora do nosso destino social” ou coerentes com a máxima “A instrução é a alma da moderna vida nacional”, que dá título ao editorial. (Ano IV, 1889).

A instrução ensejava então uma profunda crença no seu poder de promover o progresso à qual os responsáveis da Revista não estavam alheios. Utiliza-se aqui um trecho do texto *O ensino primário superior*, de Adolfo Coelho, publicado em 1892, no qual o autor situa o alcance da educação para além do seu próprio país:

Todos os países da Europa que compreendem bem os seus mais vitais interesses, para os quais as palavras progresso, prosperidade e independência não são termos vãos, buscam generalizar e desenvolver a educação do povo pelos meios mais seguros e sobretudo pela boa organização da escola primária e de institutos que completem o ensino por ela ministrado.

Revista de Educação e Ensino, Vol VII, 1892, p.158.

Um outro texto, de autoria de Moniz Barreto, intitulado *Psicologia e pedagogia*, ressalta a relevância da criação desta última, quando afirma que entre as “obras admiráveis que os progressos das ciências do espírito trarão num futuro mais ou menos próximo”, nenhuma delas excederá em importância a sua renovação ou antes a sua criação, “fundada numa clara compreensão das leis que governam a inteligência e a vontade”. Para ele, a pedagogia seria capaz de:

Tomar uma alma humana num corpo humano, decompô-la nos elementos que a constituem, descobrir os agentes que a modificam, e depois pelo seguro conhecimento do mecanismo das suas operações e mútuas influências desenvolver as aptidões e os talentos, destruir em germen as inclinações nocivas, plantar e bafejar os instintos generosos, gerando novamente o ser humano por uma paternidade mais profunda do que a paternidade física (...).

Revista de Educação e Ensino, Vol XII, 1897, p.11.

Tamanha pretensão somente teria paralelo com os propósitos almejados pelo **cientificismo**, também identificado nas Revistas na forma da afirmação da ciência como instrumento capaz de resolver os problemas da humanidade, devendo, portanto, os procedimentos científicos ser estendidos a todos os domínios da vida humana. No que concerne à educação, tal abordagem consubstanciaria a ascendência de um discurso médico-higienista, ressaltando a necessidade de dotar o sistema de ensino de condições saudáveis segundo os mais recentes conhecimentos médicos e higiênicos de então. Assistia-se à introdução de um saber que procurava regular a organização dos sistemas de ensino não apenas do ponto de vista estrutural e material (práticas), mas

também do ponto de vista da constituição (instituição) de saberes de caráter científico relativos a esse funcionamento (representações).

Um exemplo desse discurso pode ser encontrado no artigo *A inspeção médica nas escolas*, do médico Bettencourt Ferreira, publicado na Revista de Educação e Ensino, no qual destacava a “vigilância ativa pela saúde pública como condição essencial da vida dos povos”, cuidado esse que, se “deve ser extremoso quando se trata das grandes acumulações populosas, devia redobrar de diligências e de cautelas para com as agremiações escolares (...)”. Por outro lado, a avaliação do autor era a de que a escolaridade seguia, em Portugal, “uma evolução lenta e perturbada, em que se não encontram os aperfeiçoamentos consentâneos com as indicações da fisiologia, da psicologia e da higiene (...)” (Revista de Educação e Ensino, vol VIII, n.2, fev 1893, p. 66).

Outro discurso obteve também significativo espaço nas páginas da Revista. Nele assinalava-se o caráter nocivo da escola e propunha-se modificações no ambiente escolar, fundamentadas em conhecimentos científicos:

É nestes pequenos estabelecimentos, pessimamente ou nada adequados, mesmo para o fato aparentemente simples da admissão de crianças em coletividade, em casas que são insuficientes para a mais reduzida família, (...) que se alojam não raro família e alunos, para passarem aproximadamente um terço ou um quarto do dia em comum, sem ar renovado, sem a quantidade necessária de luz em posições viciosas, em aglomeração espessa que prejudica a um tempo o físico e a moral dos educandos, promovendo epidemias parciais e a degradação moral e intelectual, por contágio imitativo. (Idem, p.67).

O recurso ao saber científico todavia não se restringiria às regulamentações do ensino, espraiando-se como saberes que deveriam regular a dimensão individual e, por extensão, a própria dimensão social. Tal interpretação daria origem a uma outra idéia bastante difundida de que a família e o meio social eram, em alguns casos, perniciosos e que caberia à escola uma ação profilática.

Em artigo sobre a *Educação física*, João Manoel d’Almeida Pessanha diria em 1886:

A família, essa poderosíssima escola de educação também não educa como deve; os contos do lar exaltam e escandecem a imaginação; uma família pobre, lutando muitas vezes com grandes dificuldades torna-se bem depressa uma

escola de egoísmo e de misantropia; e pelo que toca à moral muito pouco tem a dever o altruísmo à educação familiar na maior parte dos casos.

Enquanto ao convívio das classes pobres esse não é ordinariamente senão uma escola de depravação e de maus costumes: enaltecendo e exaltando sem cessar a força corporal, o indivíduo é ali preparado e educado constantemente para as rixas, para as desordens e para a pimponice (...).

Revista de Educação e Ensino, vol I, 1886, p.255.

Na Revista brasileira, não foram tão evidentes as menções a esse tipo de discurso, mas há estudos, como os de José Gondra, sendo aqui citado sobretudo *Racionalidade médica e higienização da infância*, que ressaltam a estreita ligação entre o projeto civilizatório e a higienização do mundo social.

O projeto civilizatório tem na higienização do mundo social uma de suas faces mais expressivas. Civilizar e higienizar conformam uma gramática fortemente articulada. No entanto, o reordenamento político, econômico e cultural, por exemplo, impôs outros signos que deveriam contribuir para marcar e identificar o Brasil do início do século XX. Um deles foi a própria idéia de progresso e a outra a de ordem, desdobráveis em vários níveis e esferas.

Após terem sido vistas as correntes de pensamento que constituíram as principais influências filosóficas identificadas nas duas publicações, é chegado o momento de passar à exposição dos contextos dos dois países e das questões que marcaram tais contextos, na forma como foram abordadas pelas Revistas.

3.4 Os contextos locais e as grandes questões dos dois países

No item 2.2 deste mesmo capítulo, que tratou do “problema social” da educação, procurou-se analisar o discurso veiculado pelas Revistas destacando a dimensão política presente na maneira de abordar a educação como fator social. Buscou-se ressaltar de que maneira a antinomia entre o atraso e o progresso das nações evidencia nas Revistas uma determinada maneira de ver a educação numa dimensão político-social. De acordo com essa visão, a educação, mais do que um valor, possui também um papel estratégico no processo da promoção do progresso da nação.

Importa ter em mente que os discursos enunciados pelas Revistas que apresentam a educação como problema social e/ou como fator de superação do

atraso servem como formulações para legitimar a ação que era necessário empreender, na qual as Revistas desempenham papel fundamental em âmbito local. Entretanto, ao mesmo tempo, a legitimação das ações também se fazia pela contínua referência aos feitos internacionais, reforçando que tal compreensão do papel estratégico da educação era comungada por um conjunto mais alargado de países.

Embora se tenha pretendido analisar as Revistas na perspectiva internalista anteriormente apontada, ou seja, enfatizando os componentes relativos à dinâmica interna do próprio campo educacional, necessariamente não seria possível deixar de situá-las no contexto das últimas décadas do século XIX, período marcado por diversificadas transformações ocorridas em ambas as sociedades, brasileira e portuguesa, cujo alcance ultrapassaria os aspectos políticos e econômicos alcançando igualmente a esfera das mentalidades.

Passa-se então a explicitar os contextos locais dos dois países e as especificidades que o discurso da educação como “fator” do progresso assume em cada um deles.

O espaço-tempo do Brasil Republicano

Embora o período de tempo privilegiado por esta pesquisa em relação ao periódico brasileiro se inicie logo após a proclamação da República, é preciso frisar que algumas das mudanças sociais ocorridas então têm início em décadas anteriores. Dois dos autores que forneceram o substrato teórico para a contextualização histórica e das mentalidades no âmbito deste trabalho, Micael Herschmann e Carlos Messeder Pereira, destacam que já desde 1870 se assistia ao desenvolvimento de várias estratégias de construção de um novo ordenamento político-cultural nacional, assinalando a emergência de uma sociedade urbano-industrial e a institucionalização de dispositivos que “visavam à implantação de um universo cognitivo modernizante que, em última instância, libertaria o Brasil de seus resquícios rurais-coloniais.” (Herschmann & Pereira, 1994, p.12).

São ainda os mesmos autores que situam, na virada do século XIX para o século XX, o começo da formação do projeto de modernidade no Brasil, cuja palavra de ordem “civilizar” significava ficar em pé de igualdade com a Europa no que se refere ao cotidiano, a instituições, à economia, etc. e cujas formas de saber técnico-científico especializado que constituiriam a base desse paradigma

moderno estariam sobretudo na medicina (normatizando o corpo), na educação (conformando as mentalidades) e na engenharia (organizando o espaço).

A derrocada da Monarquia e a ascensão do novo regime marcam a formulação de medidas identificadas com o novo ideário nos diversos setores da vida nacional, sendo necessário atuar em nível econômico, político e também educacional. Assim é que, como bem aponta José Gondra,

No setor educacional, podemos evidenciar, de um lado, uma grande preocupação em produzir um sistema que pudesse atender a toda a população, refletido no discurso em defesa de uma maior oferta de escolas e, de outro lado, uma necessidade de alterar profundamente a escola, até então identificada com a ordem imperial. Neste caso, havia que alterá-la naquilo que a constituía e que definia seu modo de funcionamento, tendo em vista um novo ensino consoante com um novo regime (Gondra, 1997b, p.27).

O projeto republicano para a educação tomou forma com a criação do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, já em 1890. Para ocupar a pasta, foi designado o Marechal Benjamin Constant, que empreendeu, logo em seu primeiro ano de atuação, uma ampla reforma em todos os níveis da instrução pública, posta em prática no ano seguinte, e que tinha como princípios a laicidade, a gratuidade do ensino primário, a liberdade de ensino e a ciência como fundamento da organização curricular e do ensino propriamente dito³⁸.

Para Denice Catani, o advento da República reuniu condições favoráveis, tais como a organização dos serviços de ensino, a expansão da rede de escolas e a preocupação com a qualidade do trabalho docente, às iniciativas de publicação de periódicos pedagógicos³⁹.

³⁸ Esses princípios são apontados por Gondra no texto citado anteriormente, os quais merecem uma atenção especial. Se, por um lado, os princípios da laicidade, da gratuidade e da liberdade de ensino são comumente entendidos no contexto de uma vinculação direta ao ideário republicano, por outro, o último deles, a ciência como fundamento para a organização curricular e do próprio ensino, vincula-se à percepção do recurso ao saber científico como base dos projetos de reforma social, aspecto que tem sido ressaltado por alguns pesquisadores mais recentemente. O próprio autor mencionado tem vindo a destacar o papel do discurso da ciência, sobretudo o discurso médico, sobre a infância e as práticas educativas (ver Gondra, 2002).

³⁹ A autora centra sua análise nos periódicos destinados a professores no Estado de São Paulo, destacando que tais publicações “aparecem no final do século XIX devido à atuação de grupos de professores interessados em fazer circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes. Coincidem com tentativas de organização da categoria profissional que buscava articular sua luta pela valorização da carreira, condições de trabalho, qualidade de ensino, reivindicações salariais e aperfeiçoamento do sistema escolar.” (Catani, 1998, p.280). Como se verá no item 4 deste capítulo, os responsáveis pela Revista Pedagógica também estavam interessados em propagar informações sobre o trabalho pedagógico, bem como a publicação também era dirigida aos professores, porém numa perspectiva diferente, já que não era produto direto de iniciativas oriundas do processo de organização docente, mas sim do dispositivo governamental referente à organização do sistema de ensino.

O historiador José Murilo de Carvalho aponta algumas características do período em estudo que contribuem para a melhor compreensão de algumas questões. O autor ressalta que o momento de transição do Império para a República significou a primeira grande mudança de regime político após a independência e, mais ainda, que se tratava da implantação de um sistema de governo que se propunha, exatamente, trazer o povo para o prosaetrio da atividade política. Com base nessa proposição, faz sentido pensar no cenário mencionado anteriormente no que se refere à preocupação do novo regime em produzir um sistema educacional para atender a toda a população⁴⁰.

Não obstante as expectativas geradas pelos projetos de mudança, o período imediatamente posterior à proclamação da República seria caracterizado por uma profunda instabilidade política e econômica, manifestada por agitações na capital federal, guerra civil nos estados do sul do país, economia instável em função da crise do mercado do café, além dos problemas provocados pela dívida externa (Carvalho, 1989).

No plano da produção e da circulação de idéias, o espaço-tempo seria marcado por um movimento de renovação intelectual iniciado pela denominada Geração de 70⁴¹. No período de transição do Império para a República a palavra de ordem era, conforme Simone Kropf, “modernizar-se”, viabilizar o ingresso da nação brasileira no círculo da “civilização”, adequando o país aos horizontes dos “novos tempos” (Kropf, 1994).

A autora identifica naquele contexto a proposição de um novo saber, de uma nova visão da realidade brasileira que se dispunha a construir um projeto moderno para o Brasil. Essa disposição poderia ser traduzida, nas palavras de Kropf, por meio de

um discurso que afirma a confiança na perspectiva promissora do progresso como guia para o que, na visão de seus propugnadores, seria a regeneração da

⁴⁰ Contudo, importa referir que o projeto republicano parece ter tido um caráter eminentemente elitista em seu primeiro momento, fazendo com que o regime não tenha conseguido a adesão do setor pobre da população, sobretudo dos negros, que guardaria ainda a vinculação à Monarquia. De acordo com José Murilo de Carvalho, existiria um “abismo” entre os pobres e a República.

⁴¹ Nicolau Sevcenko ressalta a importância de haver existido, na passagem do Império para a República, uma geração de intelectuais, marcada por idéias científicas, liberais e de transformação radical da estrutura social, política e econômica, que defendia a abolição da escravidão e a proclamação da República (Sevcenko, 1989). Como se verá na parte referente a Portugal, naquele país também houve a existência de um movimento intelectual semelhante, com a mesma denominação, que viria a desempenhar um importante papel na história do século XIX português. Sobre a correspondência trocada entre representantes dos dois grupos, ver: Beatriz Berrini, *Brasil e Portugal - a Geração de 70*. Lisboa: Campo das Letras, 2003.

sociedade brasileira, redimindo-a dos entraves associados ao que se representava como o passado colonial e o tradicionalismo do Império (Kropf, 1994, p. 203).

O discurso veiculado pelos autores que escreveram na Revista Pedagógica, também faz parte dessa *construção de modernidade*, uma vez que, segundo eles, se tratava de integrar-se ao “mundo civilizado”, de participar do “concerto das nações civilizadas”.

De forma similar, a “época moderna” seria afirmada reiteradas vezes na Revista portuguesa. Em 1890, Ferreira Deusdado, em texto intitulado *A reaparição do ministério de instrução pública*, diria:

Um povo cuja instrução é deficiente, não pode ocupar condignamente o lugar que deve ambicionar entre as nações cultas, prósperas e independentes da época moderna. Só a cultura intelectual dá a consciência plena dos direitos, o verdadeiro amor da independência, o apreço das instituições e o incitamento ao progresso.

Revista de Educação e Ensino, vol V, 1890, pp.183 e 184.

O espaço-tempo da Monarquia Constitucional Portuguesa

*Antecedentes - a primeira metade do século XIX português: criando as bases da escola primária laica, pública e gratuita*⁴²

A história do século XIX português começa com as duas primeiras décadas sendo atravessadas por uma transição social e econômica que marca o fim do Antigo Regime em Portugal⁴³. O país encontra-se em dificuldades políticas, sendo as invasões napoleônicas (1807-1811) e a permanência da Corte Real no Brasil (1807-1821) os sinais mais visíveis dessa crise, e ainda numa difícil situação financeira e econômica. No âmbito da educação, a difusão do método mútuo, introduzido em Portugal por exilados da Inglaterra e da França, suscita enorme interesse durante a primeira metade do século XIX, em

42 Alguns dos aspectos aqui considerados cruciais para se entender o contexto sociopolítico-cultural da segunda metade do século em Portugal têm sua origem ainda na primeira metade, o que suscitou a necessidade de se destacar alguns fenômenos ocorridos nesse período. A composição desta parte apoiou-se sobretudo em Nóvoa (1987), Rogério Fernandes (1998) e Joaquim Ferreira Gomes (2001).

⁴³ Albert Silbert, *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal oitocentista*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972, apud Nóvoa, 1987.

função do desejo existente de eliminar o analfabetismo sem muitos gastos em curto espaço de tempo⁴⁴.

O entusiasmo justificava-se na medida em que educar muito mais crianças em muito menos tempo que os métodos tradicionais era tida como a grande vantagem daquele método de ensino. Contudo, embora tenha alcançado alguma receptividade nas primeiras décadas daquele século, já em 1852 um relatório do Conselho Superior de Instrução Pública de 1852-53 dava conta do pequeno universo de escolas primárias públicas que ainda o utilizava.

A Revolução Liberal (1820) marca o fim do Antigo Regime em Portugal e abre uma nova época na vida do país conhecida como Monarquia Constitucional que dura até 1910. O período compreendido entre 1820 e 1851 é marcado por uma série de conflitos sociais, golpes e revoltas em que basicamente dois grandes grupos se opõem: os liberais e os absolutistas. É dessa época, a partir da atuação dos liberais, a tentativa de implantar um sistema de ensino, controlado pelo Estado, que permitisse o acesso de diferentes classes sociais a uma “educação popular de base”, sendo que os debates em torno da instrução pública se davam fundamentalmente em torno de três temas: a *liberdade de ensino*, ou seja, a possibilidade ao alcance de todos de abrir uma escola, desde que munido de permissão e habilitação adequadas; a *gratuidade do ensino* e a *obrigatoriedade do ensino*.

Entre 1820 e 1850 há a ocorrência de um conjunto de reformas que não interessa aqui analisar em detalhes, mas duas delas devem ser assinaladas: a Reforma de Passos Manuel, de 1836, e a Reforma de Costa Cabral, de 1844. A primeira previa, entre outros aspectos, a abertura de uma Escola Normal e de Ensino Mútuo em cada região do país, a adoção do método mútuo e a obrigação de enviar as crianças à escola. A segunda contemplava uma série de medidas a fim de que a obrigação escolar não se tornasse letra morta, ao mesmo tempo que criava o Conselho Superior de Instrução Pública, encarregado da coordenação, da direção e da inspeção do ensino. O enquadramento legal da educação em Portugal seguia, no essencial, os grandes movimentos verificados nos sistemas escolares europeus, ao mesmo tempo que se ia generalizando a constatação de um imenso atraso em relação àqueles países, a julgar pela

⁴⁴ Como se verá ao longo deste item, a questão do “atraso português” e do analfabetismo como uma de suas causas de maior evidência será uma questão recorrente no debate educacional durante boa parte da história da educação em Portugal, desde essa época até o século XX.

grande quantidade de preâmbulos das reformas que se referem longamente às leis e estatísticas escolares daqueles países (Nóvoa, 1987).

A segunda metade do século: a educação e a regeneração do país

O ano de 1851 marca o início de um movimento denominado Regeneração que representa um compromisso entre as diferentes correntes do liberalismo, baseado no desenvolvimento econômico e social do país. Oliveira Martins, um dos mais destacados historiadores do século XIX português, dirá que a Regeneração nada mais é do que o nome do capitalismo português⁴⁵. Outros autores referem-se ao acentuado desenvolvimento do capitalismo liberal ocorrido então no país, sendo essa época também marcada por um significativo avanço em infra-estruturas tais como redes de estradas, de caminhos-de-ferro e de telégrafos, enquanto que do ponto de vista político o país atravessava um momento de relativa tranquilidade (se comparado com o período anterior de sucessivos conflitos sociais e revoltas).

É durante esse período que se desenvolvem as bases do movimento republicano que terá forte impacto nas formulações educativas do final do século XIX. A obra de José Félix Henriques Nogueira, ainda em meados do século, marca o nascimento do republicanismo português, baseado sobre o municipalismo, o federalismo e o associativismo. O segundo grande momento desse movimento chegaria alguns anos mais tarde com a *Geração de 70*, identificada por um forte anticlericalismo e pela afirmação de um projeto radical de laicização da sociedade portuguesa⁴⁶.

⁴⁵ Oliveira Martins, *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Guimarães & Cia. Tomo II, 1979 [1ª edição 1881]. Apud Nóvoa, 1987.

⁴⁶ Denominada apropriadamente por Carlota Boto de “grupo-geração”, a chamada *Geração de 70* congregou jovens estudantes da Universidade de Coimbra que investiam contra o caráter arcaico e tradicional da instituição académica e suas figuras mais representativas. A *Questão Coimbrã* (1865), que fez despontar o grupo e que, segundo Fernando Catroga, “daria início a uma das controvérsias que maiores repercussões teve na vida cultural portuguesa” (Catroga, 1998, p.87), iniciou-se com uma polémica dos moços de Coimbra contra os partidários da escola romântica liderada por Castilho e seus seguidores. Em 1871, Antero de Quental tomara a iniciativa de organizar as célebres Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, realizadas entre maio e junho e que viriam dar visibilidade à insatisfação do grupo. Uma delas, justamente a proferida por Antero, marcaria a tônica do movimento: *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Tais Conferências deveriam tratar das diferentes formas de expressão do conhecimento, da cultura e das artes. Os jovens intelectuais influenciados pelas leituras de Comte, Hegel e Proudhon trariam para a intelectualidade portuguesa a referência positivista, a matriz da reflexão dialética e a utopia do socialismo. Contudo, o grupo, constituído por figuras como Antero, Eça de Queirós e Teófilo Braga, entre outros, ficaria desde então conhecido como símbolo e referência da inovação portuguesa contra o arcaísmo e o tradicionalismo, discutindo e contestando as teses históricas, as correntes literárias, os estados de mentalidade, os padrões de educação da sociedade portuguesa, mas também ficaria associado a uma atitude mental de permanente inquietação e interrogação sobre a própria identidade nacional (Boto, 1997).

O desenvolvimento do partido republicano se daria com base nessas concepções e, do ponto de vista filosófico, o positivismo e o cientismo seriam as principais fontes do pensamento republicano (Pintassilgo, 1998).

A fim de evitar uma abordagem que enxerga os fenômenos educativos como mera decorrência dos fenômenos políticos e econômicos, procura-se dar destaque aqui aos acontecimentos significativos do período do ponto de vista das “mentalidades”. Se, por um lado, o descontentamento com a Monarquia se fazia sentir de forma bastante acentuada em virtude das dificuldades econômicas e das vicissitudes políticas que atravessavam o período, há que ressaltar a atuação dos partidários dos ideais republicanos na capitalização da insatisfação popular e na construção da utopia da transformação social pela implantação da República e, no caso deste estudo, no papel atribuído à educação nesse discurso. Um episódio que ajuda a ilustrar esse processo refere-se à progressiva afirmação de um certo pendor nacionalista, traduzido concretamente numa onda de patriotismo afirmada, por exemplo, em 1880, quando da celebração do 3º centenário da morte de Camões, na qual os republicanos aproveitaram para promover a República, já que as comemorações não obtiveram apoio do Estado, no caso, da Monarquia.

Em 1890, teria lugar um outro episódio que passaria à história como a crise do Ultimato e que viria gerar significativas repercussões em termos de mobilização social⁴⁷. Em janeiro daquele ano, a Inglaterra daria um ultimato a Portugal, ao exigir que este renunciasse ao controle de um vasto território em

47 É importante referir que a primeira metade do século XIX em Portugal é marcada por uma grande depressão econômica, provocada pela separação do Brasil, mas também social, provocada pelos episódios das invasões francesas, pelo domínio comercial inglês, pelos confrontos e guerra civil entre absolutistas e liberais e pela agitação política proveniente das revoltas que se seguiram ao triunfo liberal. Assim, a primeira metade do século, que no resto da Europa foi de intensa expansão econômica, em Portugal foi de estagnação e depressão. Acrescente-se a isso o sentimento de perda que a independência do Brasil significava, não só porque o Brasil era a base da vida portuguesa do ponto de vista econômico, mas também porque do ponto de vista da consciência coletiva era o último motivo de “orgulho nacional, era a dimensão de grandeza que livrava o país da penúria e da pequenez”. Assim, anos depois da “perda” do Brasil, Portugal volta-se então para o continente africano a fim de recuperar, por um lado, a situação econômica e, por outro, o imaginário do império. As bases territoriais já existiam e limitavam-se a pequenos estabelecimentos no litoral africano e em locais de fácil acesso ao mar. Entretanto, quando surgiu o projeto português de criar um império em África, estava em pleno desenvolvimento o movimento colonial europeu, o que fez com que a expansão tivesse de enfrentar a dura concorrência primeiro da Inglaterra e depois das outras potências interessadas na exploração econômica da África. A Conferência de Berlim (1884-85) fixaria as regras do jogo europeu em relação à África. Portugal pretendia consolidar a sua posição no mapa africano a partir da ocupação das regiões compreendidas entre Angola e Moçambique, propósito que entretanto se incompatibilizava com as pretensões da Inglaterra, a qual pretendia um domínio do território que ia do Egito até o Cabo da Boa Esperança. Na manhã de 11 de janeiro de 1890, uma nota do governo inglês exigiu do governo de Lisboa que, até à tarde daquele dia, mandasse retirar as tropas portuguesas do território que a Inglaterra pretendia ocupar.

África. O desenrolar da política portuguesa naquele continente, em confronto com outros países europeus mais poderosos, havia mobilizado a opinião pública. Havia sido uma política oficial que conseguira carrear uma grande base de adesão nacional. Em função disso, a cedência do governo português teria grande repercussão negativa e desencadearia uma enorme onda de nacionalismo, o que indiretamente promoveria o fortalecimento do republicanismo que se apresentava então como esperança para o reerguimento do país, à medida que crescia a insatisfação com a Monarquia.

Alguns historiadores apontam a crise do Ultimato como um dos fatos mais relevantes da história portuguesa em finais do século XIX, em função das consequências que ocasionou em termos do fortalecimento do partido republicano e da derrocada da monarquia. No que interessa a este estudo, dedicou-se aqui amplo espaço a este episódio por considerá-lo “emblemático” no sentido de possibilitar o estudo das “mentalidades” existentes naquele período. A onda de nacionalismo que se seguiu ao episódio contribuiu para uma mudança de perspectiva em vários setores, como na arte por exemplo, onde se verificou uma valorização das obras nacionais e do imaginário popular. A consideração de tais aspectos permite uma análise mais ampla do contexto sociopolítico-cultural do país naquele momento, o que, por sua vez, permite perceber “o caldo de cultura” no qual se ia estruturando o campo educativo.

A Revista de Educação e Ensino não ficaria alheia à polêmica suscitada pelo Ultimato. Já em seu número de janeiro de 1890, ou seja, no *calor* dos acontecimentos (levando-se em conta que o ultimato ocorrera em 11 de janeiro), a Revista pronunciava a sua indignação nas palavras de Alfredo Dias que, em artigo sobre *Educação física*, asseverava:

(...) A afronta iníqua e prepotente do ultimatum de 11 de janeiro, se não deixou no corpo nacional nódoas de sangue, produziu dolorosos sulcos de lágrimas, que a devoção cívica deve fazer por enxugar, retemperando-se para a luta.

Revista de Educação e Ensino, vol V, 1890, p.98.

Estava mais uma vez presente a afirmação de que a grandeza de uma nação era dada não por suas dimensões geográficas, mas sim em função do seu “desenvolvimento científico”:

Não há nações pequenas, nem nações grandes, perante o sentimento da dignidade e perante o desenvolvimento científico. Todos os povos podem em face destes elementos ser igualmente grandes e ativos. (Ibidem).

Além da inevitável associação entre desenvolvimento científico e desenvolvimento da instrução, o episódio do Ultimato parece ter desencadeado o sentimento (contribuindo para afirmar e justificar) de que a educação concorria para o engrandecimento da nação do ponto de vista moral “em favor dos interesses da independência e da dignidade da nação”:

Crear e dirigir forças (...) difundindo no espírito público a necessidade do desenvolvimento da instrução, como o elemento mais essencial em favor dos interesses da independência e da dignidade da nação, deverá ser o alvo dos nossos esforços. É uma ilusão pensarmos só em nos defender por couraçados; a principal defesa num país pequeno é a força intelectual e o prestígio moral diante de si próprio e perante o mundo civilizado. Os propósitos da iniciativa individual, para serem eficazes e salutarmente fecundos, devem nas suas deliberações ter por fito também o desenvolvimento moral da nação, inoculando na consciência pública a urgência da sua organização pedagógica e intelectual. (Idem, p.98 e 99)

Ainda sobre o mesmo assunto, o número 3, de março do ano seguinte, oferecia aos assinantes um “brinde” comprovativo da justeza da luta de Portugal no episódio da disputa com a Inglaterra em território africano. Em *Dádivas em livros aos assinantes da Revista*, anunciava-se:

A primeira obra distribuída como brinde será *Le conflit Anglo-Portugais*, que é um elegante volume, contendo a opinião da imprensa parisiense, colecionada dia a dia, desde 15 de dezembro de 1889 a 27 de janeiro de 1890. (...) O conflito diplomático, motivado pela questão africana entre Portugal e Inglaterra, produziu na imprensa europeia uma polémica veemente e notavelmente favorável aos legítimos direitos de Portugal. A imprensa de Paris, como o coração da Europa, refletiu luminosamente toda essa luta, que está reunida neste interessante volume.

Revista de Educação e Ensino, vol VI, 1891, p.143.

Mais importante do que registrar as idas e vindas da implantação da República em Portugal (há por exemplo uma revolução em janeiro de 1891 que consistiu na primeira tentativa frustrada), que entretanto só viria a se estabelecer em 1910, é sublinhar que em fins do século XIX a utopia da República vai

ganhando cada vez mais adeptos não propriamente apenas como aspiração de uma nova ordem político-administrativa, mas sobretudo por estar associada à idéia coletiva de reerguimento do país.

Como assinala Joaquim Pintassilgo, *decadência, regeneração e progresso* são conceitos-chave do pensamento português na transição do século XIX para o século XX (Pintassilgo, 1998) e viriam a marcar fortemente o discurso sobre educação⁴⁸. No âmbito deste trabalho não houve interesse em analisar em profundidade a dimensão da crise que o país atravessava, fosse ela de ordem econômica, social, científica ou tecnológica, mas sobretudo investigar a problemática do ideário “decadentista”. A consciência da decadência (real e/ou “imaginada”), associada a uma certa nostalgia de “glórias passadas”, foi um traço marcante da produção de idéias já em meados do século XVI e marcaria muito fortemente todo o século XIX, no qual quase todos os projetos de reforma almejavam resgatar o país da decadência em que se encontrava. Com a *Geração de 70* tal sentimento tornou-se ainda mais forte, mas a humilhação causada pelo Ultimato inglês aprofundou ainda mais as formulações em torno da decadência e, do seu lado oposto, a regeneração, nas quais a educação ocuparia o centro dos debates.

A oposição atraso/progresso social é bastante recorrente quando se trata de legitimar a necessidade de ação, seja por parte do Estado, seja por parte da iniciativa particular. A Revista de Educação e Ensino vem colocar-se na linha de frente de tal cruzada. Trata-se sobretudo de “(...) enfileirar-se ao lado dos que se devotam à santa causa do progresso da nossa nacionalidade.” (Editorial, Vol I, 1886), indicação de uma das intenções da publicação no editorial inaugural da Revista. Ferreira Deusdado, em artigo publicado no mesmo ano, intitulado *A instrução como factor social*, também viria a afirmar:

Não precisamos fazer largas considerações para provar que a riqueza e a moralidade de um povo estão sempre ao nível do grau da sua cultura intelectual. Esta verdade é posta em evidência por qualquer facto sociológico.

(...) Parece que chegou o instante de reconhecermos que a cultura do espírito é a fonte inesgotável de toda a felicidade e de toda a riqueza humana.

⁴⁸ De acordo com Fernando Catroga, o tema da decadência é encontrável em alguns juízos emitidos, já na segunda metade do século XVI, acerca dos resultados da aventura dos Descobrimentos, reaparece episodicamente nos séculos seguintes e acaba por se transformar num dos pólos do ideário daqueles que, durante todo o século XIX, defendem ser necessário regenerar o país (Catroga, 1998).

(...) Devemos proclamar bem alto a educação, como meio preventivo de todas as calamidades e como instrumento redemptor da reconstituição social.

Revista de Educação e Ensino, Vol I, 1886.

Contudo, o tema do atraso e da decadência também seria reafirmado insistentemente em outros editoriais e por outros autores ao longo da existência da REE. Em janeiro de 1891, o editorial afirmava: “A causa primacial da nossa decadência, como estado político no concerto europeu, vem da nossa indiferença pela cultura intelectual e moral, que se vai arrastando débil e sem alento.” (Vol VI, 1891). Um dos problemas mais mencionados em quase todas as análises do estado da nação dizia respeito ao elevado índice de analfabetismo no país, questão que esteve presente em quase todos os debates políticos, sociais ou educacionais da época, prolongando-se inclusive até as primeiras décadas do século XX. A “crise” era assim assinalada em editorial de 1897: “A crise intelectual e moral em que o país se debate vai sendo dolorosa. A estatística dos analfabetos em Portugal patenteia-se de uma maneira tal que um patriota não ousa dizê-lo a estranhos (Vol XII, 1897).

Em Portugal, a segunda metade do século XIX corresponde a um período de significativo desenvolvimento do sistema educacional. Nessa época processa-se um expressivo aumento da escolarização, traduzido no crescimento do número de escolas públicas primárias. Entretanto, o resultado desse esforço parece não ter correspondido às expectativas e os índices do analfabetismo no país reaparecem como sinais evidentes do “atraso” e da “decadência”, que se tornava cada vez mais urgente ultrapassar.

Não foi propósito desta pesquisa analisar em profundidade as causas e as implicações do analfabetismo, mas sim investigar de que maneira os índices sobre o fenômeno eram utilizados em termos argumentativos como a manifestação mais concreta do atraso em que se encontrava o país. O grande número de analfabetos no seio da população portuguesa aparecia então como um índice incontestado da decadência do país. Nas três últimas décadas do século XIX, foi grande o debate em torno desse índice, em comparação com as estatísticas internacionais que começavam a circular como parâmetro de aferição do nível do progresso social e econômico dos países. Em 1897, de acordo com um Manifesto assinado por políticos, intelectuais, jornalistas e

educadores da época, haveria 80% de analfabetos, ou seja, de uma população de 5 milhões, 4 milhões não sabiam ler e escrever⁴⁹.

A Revista de Educação e Ensino mobilizaria, ao longo de sua existência, os índices de analfabetismo como sinais da situação deplorável do país. Ainda em 1886, em seu primeiro ano de edição e onze anos antes do Manifesto, Ferreira Deusdado, em artigo sobre *A instrução como fator social*, constataria:

Infelizmente é fácil provar pelos números comparados de uma estatística de instrução, entre diferentes países, que um grande atraso nos separa profundamente do convívio dos povos civilizados. Porém, hoje parece que vamos despertando; em toda a parte um frémito de entusiasmo percorre febrilmente as almas do nosso tempo pela educação dos homens da sociedade de amanhã. Em muitos jornais e em muitos livros se manifestam ardentes desejos e se empreende uma verdadeira luta pelo incremento e pela melhoria da educação nacional. Parece que chegou o instante de reconhecermos que a cultura do espírito é a fonte inesgotável de toda a felicidade e de toda a riqueza humana. (...).

Revista de Educação e Ensino, Vol I, 1886, p.87.

O periódico também se posicionaria relativamente a respeito desses índices em alguns de seus editoriais. Como se viu na parte em que tais índices foram citados, a afirmação de uma estreita relação entre a instrução e o fomento da riqueza e da dignidade do país e a identificação das causas da decadência com base na indiferença pela cultura intelectual foram feitas de forma reiterada ao longo dos anos na Revista. No mesmo ano do Manifesto de 1897, um dos editoriais, também assinado por Ferreira Deusdado, destacaria que “A estatística dos analfabetos em Portugal patenteia-se de uma maneira tal que um patriota não ousa dizê-lo a estranhos” e que, por isso, “A crise intelectual e moral em que o país se debate vai sendo dolorosa”.

A santa causa da instrução

A Revista Pedagógica igualmente destinaria parte do seu espaço ao debate sobre a questão do analfabetismo. Toma-se aqui, como exemplo da abordagem dada ao tema, artigo de Alambary Luz, *Discurso proferido por*

⁴⁹ Publicado inicialmente no semanário *Educação Nacional*, o *Manifesto de 1897* acabou sendo um marco na discussão do tema do analfabetismo e os índices por ele apresentados seriam utilizados por sucessivas gerações de educadores e de historiadores. “Se a extinção do déficit econômico representa uma questão de honra perante os credores, a do déficit intelectual representa uma questão de honra perante o mundo civilizado.” (*Educação Nacional*, n.50, 12 de setembro de 1897).

ocasião da distribuição de prêmios aos alunos do 2º distrito escolar, o qual apresenta certa similitude com o discurso português quanto à centralidade do tema do analfabetismo:

A execrável ignorância em reduto secular, engrossando cada vez mais seu exército de escravos, oferecia e ainda oferece resistência efetiva e contumaz à felicidade da pátria.

Era preciso opor à monstrosidade do número guerreiros intemeratos, aparelhados com todos os recursos da tática moderna e com os melhores meios de ataque até hoje inventados para esta espécie de peleja.

O governo do país declarou a guerra, fiando tudo do civismo do Professorado. Os professores surpresos tiveram um momento de hesitação, [mas] é a primeira vitória sua que estamos aqui celebrando à sombra da bandeira de uma distribuição de prêmios.

Dir-se-á que o inimigo está completamente derrotado? Não.

A hidra de cem cabeças, o analfabetismo, ainda existirá neste século, mas já sabeis de que modo lhas ireis decepando e como as haveis de aniquilar para que não mais reproduzam.

A santa causa da instrução popular conta adeptos fervorosos em todas as camadas sociais, e, embora tenha caminhado entre nós com desesperadora vagareza, agora despertou a atenção dos Estadistas, como o toque de rebate chama às armas as cohortes despervenidas.

Revista Pedagógica, Tomo III, n.16/17, 15/02/1892, p.221.

Pelo que se viu, também no Brasil era “santa” a causa da instrução, assim como o era a cruzada em que estavam empenhados os editores da Revista portuguesa, bem como era igualmente santa a causa do progresso em Portugal, conforme assinalado em outros momentos deste trabalho⁵⁰.

Cabe chamar a atenção para o fato de Alambary Luz interpretar a decisão do governo em lutar contra o analfabetismo como uma atitude sintonizada com outros Estados nacionais, o que sugere o ato de legitimação com base na comparação com as sociedades de referência e o propósito de ascender ao patamar das “nações civilizadas”.

⁵⁰. Em termos de estatísticas sobre o analfabetismo no Brasil, Célio da Cunha, em apêndice sobre pedagogia no Brasil no livro *História Geral da Pedagogia*, de Francisco Larroyo, menciona que Afrânio Peixoto, no livro *Noções de história da educação*, de 1933, afirma ser de 67,2% o índice de analfabetismo no Brasil em 1890.

Por tudo o que foi visto neste item, é interessante notar tanto os pontos em comum quanto as divergências que marcam os períodos aqui assinalados no Brasil e em Portugal. Embora não se tenha dado destaque à primeira metade do século XIX na abordagem do contexto brasileiro, importa referir as semelhanças verificadas na introdução do método mútuo neste país consoante ao que foi observado no contexto português⁵¹. Além disso, no que à segunda metade do século XIX diz respeito, torna-se importante registrar as semelhanças encontradas quanto à questão da regeneração social, aos ideais republicanos, positivistas e cientificistas, à existência de movimentos de intelectuais que assumiram formas semelhantes – consubstanciados na *Geração de 70* dos dois países, sendo ambas marcadas por ideais liberais e de transformação da estrutura social, política e econômica –, à adesão a um projeto de modernidade conotado com um “mundo civilizado”, cujo modelo era a Europa, e à valorização de um saber técnico e científico conotado com o progresso.

Enquanto no Brasil o projeto educativo se ligava diretamente à implantação de um projeto político novo, em Portugal, os ideais republicanos fornecem fundamentos ao modelo de escola pública que se pretende implantar, porém de maneira menos direta, ou seja, a educação vincula-se a um projeto de superação de um estado de decadência em que a República aparece como mais uma solução. No caso do Brasil, a nova ordem política exigia a implantação de um novo modelo de educação, enquanto que em Portugal a educação fazia parte do debate sobre a necessidade de superação da decadência. Importa ressaltar ainda que o republicanismo em Portugal apresenta, no período assinalado, laivos de um certo colonialismo, manifestado na proposição de se voltar para os territórios africanos depois da “perda” do Brasil.

Além disso, a análise dos artigos das Revistas sugere que, enquanto no Brasil o projeto de modernidade associa-se mais diretamente ao processo de industrialização, em Portugal a superação da ruralidade não parece constituir uma questão significativamente ativa no período estudado.

Este capítulo, intitulado *Um olhar sobre as Revistas*, pretendeu caracterizar, até aqui, o olhar que norteou a análise das duas publicações, apresentando, inicialmente, uma breve caracterização de cada uma delas, de modo a situá-las nos contextos de suas próprias produções. Em seguida, procurou-se expor uma determinada visão que enxergava as Revistas como

⁵¹ Sobre o ensino mútuo no Brasil, ver especialmente Souza, Valdemarin e Almeida, 1998 e Bastos e Faria Filho, 1999.

instituições, utilizando a análise dos editoriais para desenvolver a argumentação. Posteriormente, foram apresentados aspectos da educação nos dois países e “no exterior”, de modo a explicitar as coordenadas de espaço-tempo que balizaram a análise, as menções presentes nas publicações que apresentam o estrangeiro como referência, as correntes filosóficas que emergiram dos textos e, finalmente, as grandes questões dos dois países no momento em que foram publicados os periódicos. Para completar este *olhar sobre as Revistas* apresenta-se, finalmente, no quarto e último item deste Capítulo, uma exposição detalhada das partes constitutivas de cada uma das Revistas.

4. O conteúdo das Revistas

A análise do conteúdo das Revistas foi realizada com base em dois procedimentos distintos, porém complementares. Um deles, já mencionado no Capítulo II, refere-se ao processo de recolha de dados que teve como base as fichas do Programa Acess e que permitiu a identificação dos diversos referentes que constituíram os índices utilizados para sustentar a argumentação em torno da qual se estruturou a pesquisa. Este foi, por assim dizer, o procedimento de análise comum aos dois conjuntos de fontes que permitiu estabelecer critérios de classificação que, por sua vez, possibilitaram estabelecer comparações quanto às temáticas predominantes, assuntos mais recorrentes, etc.⁵².

Além disso, em função de suas características peculiares, cada uma das Revistas também foi alvo de um trabalho minucioso de análise específica e diferenciada, tanto no que diz respeito ao conteúdo dos artigos quanto aos aspectos materiais de cada publicação, em função das especificidades que cada uma apresentava, de modo a estabelecer as continuidades e discontinuidades que pudessem dar corpo à análise das publicações.

O texto que se segue apresenta, portanto, o resultado do trabalho desenvolvido com base na catalogação dos artigos e na análise material e do conteúdo temático de cada Revista, separadamente, primeiro com a Revista brasileira e em seguida com a publicação portuguesa. No tocante ao conteúdo, neste item são analisados apenas os indicadores relativos às temáticas e aos assuntos tratados nas Revistas. Os outros referentes, a respeito dos autores e

⁵² Entende-se aqui como *conjunto* todos os volumes que constituem o período de existência da Revista Pedagógica e da Revista de Educação e Ensino.

países mais citados, bem como os demais indicadores, serão tratados no Capítulo IV, dedicado especialmente à dimensão comparada.

Cabe referir que os volumes da Revista Pedagógica foram consultados na Biblioteca do CFCH – Espaço Anísio Teixeira (acervo do INEP na UFRJ) e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e que os volumes da Revista de Educação e Ensino foram consultados na Biblioteca Nacional de Lisboa.

4.1. Revista Pedagógica (1890-1896)

Como já foi dito, a Revista Pedagógica não teve uma periodicidade regular, tendo sido mensal no início do seu ciclo de vida, irregular em alguns anos e trimestral já mais para o fim de sua existência. Quanto ao aspecto gráfico, a publicação apresentava um grafismo simples e sem ornamentos⁵³. Contudo, decorridos alguns anos, apresenta algumas modificações, embora sutis, em termos da configuração gráfica, de modo a demarcar com mais nitidez suas diferentes partes constitutivas.

Em relação às capas e contracapas, não foi possível avaliar se houve ou não mudanças significativas no periódico⁵⁴. De 1891 em diante, as capas, em papel mais fino e colorido, ao contrário do interior da publicação, em papel claro, apresentavam na parte superior a denominação *Publicação mensal do Pedagogium*, seguida do nome da Revista e indicações a respeito do número, mês e ano da publicação.

Apresentavam, mais abaixo, um pequeno sumário com itens referentes às diferentes seções: Parte Oficial, Pedagogia (somente alguns dos artigos apareciam, de forma resumida e sem a identificação dos autores), Chronica do Exterior (com menções aos países: Bélgica, França, Espanha, etc.) e Chronica do Interior (com indicações de alguns dos assuntos tratados, também de forma resumida).

⁵³ O caráter físico e material da publicação merece uma observação no que se refere à simplicidade do grafismo que por vezes dificultou a própria identificação das partes constitutivas da Revista, já que não aparecem ornamentos, gravuras ou outras formas de demarcação do espaço além das figuras presentes na seção Pantheon Escolar.

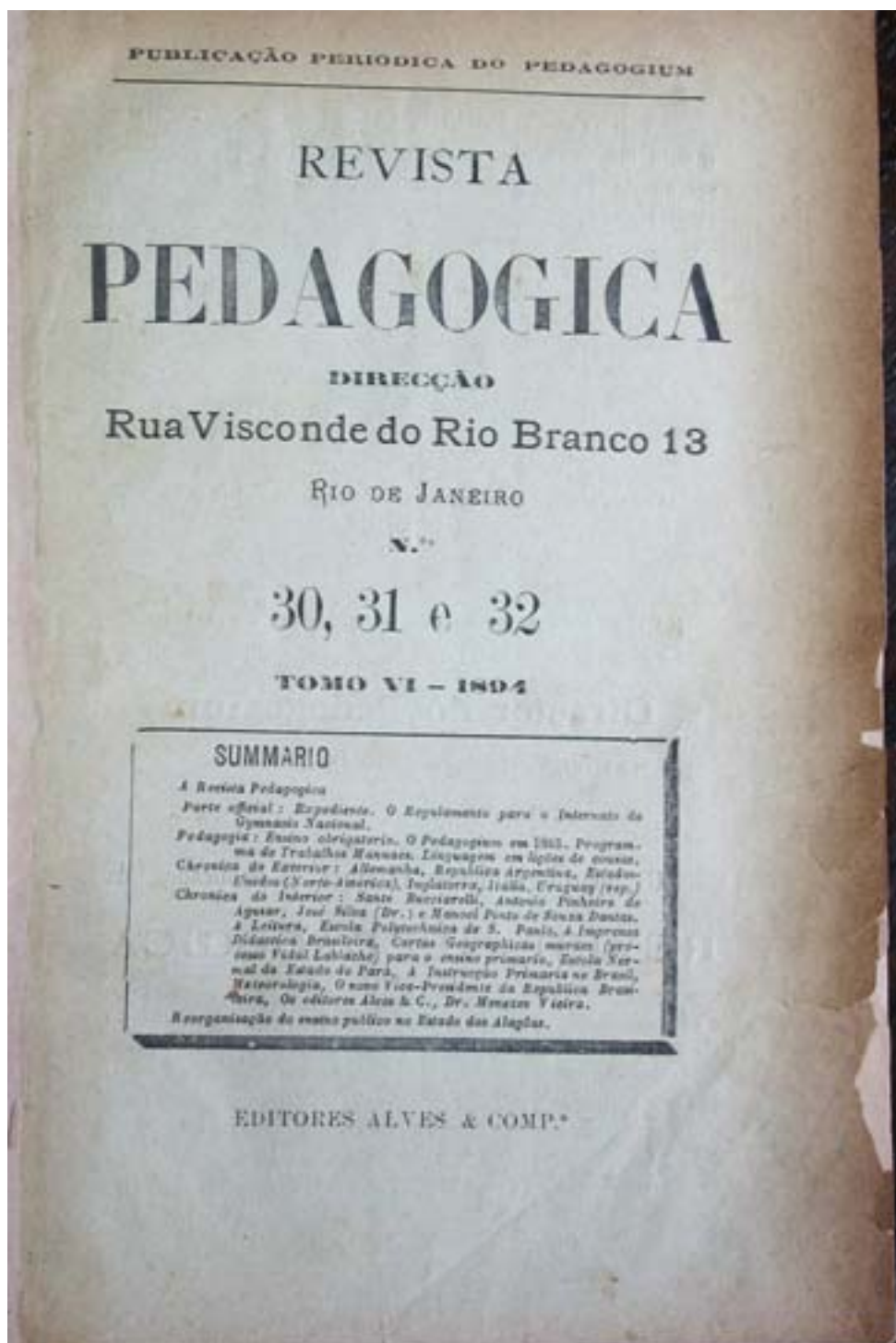
⁵⁴ Os volumes da Revista Pedagógica do acervo presente na Antiga Biblioteca do CFCH estavam encadernados sem as capas e os que constam do acervo da Biblioteca Nacional estão encadernados com as capas somente a partir de 1891. Apesar disso, presumiu-se que anteriormente já havia algum tipo de capa, somente não foi possível conhecer seu aspecto gráfico. Todas as fotografias da Revista Pedagógica apresentadas nesta tese são provenientes do “Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil”.

Por último, na parte inferior, havia a indicação da cidade e da Livraria Clássica de Alves & Comp, com o respectivo endereço. A contracapa veiculava mensagens referentes à própria publicação, assinalando que “A RP publica-se regularmente em fascículos mensais de 64 páginas⁵⁵, compreendendo: parte oficial, seção de pedagogia, chronica do interior e do exterior”, ou ainda indicações sobre o preço da assinatura e onde poderiam ser feitas.

Apresenta-se, a seguir, uma reprodução da capa do número 30, 31 e 32, do Tomo VI, do ano de 1894, da Revista Pedagógica.

⁵⁵ Vale dizer que nem todos os números da Revista apresentaram esse número de páginas. Alguns foram publicados com menos de 50 páginas e outros com maior número, sobretudo os fascículos que juntavam dois ou três números e que correspondiam a mais de um mês de publicação.

Revista Pedagógica - capa do ano de 1894



Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil

Sobre a distribuição gratuita aos professores do ensino público, as contracapas de 1893 assinalam, diferentemente do editorial do primeiro número, que mencionava apenas os professores primários, que o periódico era distribuído também aos professores secundários e aos estabelecimentos oficiais de ensino. Ainda sobre o mesmo assunto, nota publicada em 1894 menciona que a Revista era enviada às diretorias de Instrução Pública dos Estados da União (RP, n.37, 38 e 39, 15/09/1894, p.107).

No ano seguinte, outra nota destaca mais detalhes sobre a distribuição: o periódico era enviado, no interior do país, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, às Diretorias de Instrução da Capital Federal e dos Estados da União já referidas, mas com a informação adicional de que tal remessa para as Diretorias era para ser distribuída entre os professores. Por outro lado, assinala-se que a publicação era enviada às escolas normais, aos governadores ou presidentes dos Estados e às redações de jornais. No exterior, era remetida às repartições de ensino em diversos países, aos ministros e cônsules do Brasil e às redações de outras publicações (RP, n.44, 15/06/1895, p.77).

O aviso publicado nas contracapas: “aceita a colaboração dos senhores professores”, arquivando “em livro especial os originais que não forem publicados”, pode ser lido como um propósito de obter a adesão dos professores para o projeto editorial, havendo ainda o destaque de que as “reclamações, informações ou qualquer correspondência, interessantes ao ensino” fossem sejam dirigidas ao Diretor do *Pedagogium*, com o respectivo endereço para a correspondência.

Ainda em 1883, as contracapas anunciavam que os três primeiros volumes já publicados abrangiam “todos” os atos referentes ao ensino primário e secundário desde a criação do Ministério da Instrução Pública”, “artigos de Pedagogia prática por vários professores”, uma “chronica variadíssima do exterior e do interior”, além de anunciar o Pantheon Escolar com a enumeração de alguns dos retratados. Este breve anúncio condensa as mais significativas características do periódico que se procurará destacar ao longo desta parte do trabalho.

Em 1894, os fascículos apresentavam folhas de papel fino de cor rosa com diversos anúncios de livros de leitura sobre temas como economia doméstica, lições de coisas, ensino cívico, desenho, língua portuguesa, aritmética, álgebra, história, geografia, métodos práticos para aprender línguas

(francês e inglês), além de obras didáticas de pedagogia e metodologia, religião e moral. Livros como os de Herbert Spencer, *Da educação moral, intelectual e física*; de Felisberto de Carvalho, *Tratado de metodologia*, bem como de José Veríssimo, *A educação nacional*, também tinham um lugar de destaque.

A seguir, apresenta-se a reprodução de uma folha de anúncios do final do volume do ano de 1895 da Revista Pedagógica.

Revista Pedagógica - folha de anúncios do ano de 1895

LIVROS

PARA A

REABERTURA DAS AULAS EM 1896

A' VENDA NA

LIVRARIA CLASSICA DE ALVES & C.

46 RUA GONÇALVES DIAS 46 | 9 RUA DA QUITANDA 9

RIO DE JANEIRO S. PAULO

Novas publicações

OLAVO FREIRE

MAPPA DO BRASIL, em portuguez, nitidamente impresso e executado em Pariz, em folha,	4\$000
— O mesmo, aparelhado em meias cannas de metal,	8\$000
— O mesmo collado em tela de linho, envernizado e aparelhado em madeira	12\$000
MAPPA DO DISTRICTO FEDERAL, em folha,	4\$000
— O mesmo aparelhado em meias cannas de metal,	8\$000
— O mesmo collado em tela de linho e em madeira,	12\$000
PLANISPHERIO EM FOLHA,	4\$000
— O mesmo em meias cannas de metal,	8\$000
— O mesmo collado em tela e aparelhado em madeira,	12\$000

As cartas geographicas de parede, desenhadas por OLAVO FREIRE e executadas em Pariz têm só os nomes principaes, e só os principaes, IMPRESSOS EM LETRAS GRANDES—QUE SE PODEM LER A SEIS METROS DE DISTANCIA.

O AMIGUINHO DE NHÓNHÓ pelo Dr. Menezes Vieira, 3ª edição revista ampliada pelo autor, contendo numerosas illustrações, 1 vol. em 16, impresso em Pariz, rica cartongem.

1\$000

Em relação às características já apontadas do periódico, sobretudo a composição fragmentada e o caráter irregular de algumas de suas seções que, como se viu anteriormente, não se mantiveram de forma constante ao longo de sua existência, aportaram para a análise desta publicação, desde o seu início, algumas dificuldades em termos da escolha de mecanismos de análise por meio dos quais fosse possível apreender a riqueza do material. A dificuldade inicial transformava-se então em desafio, porque muito rapidamente se tornou evidente que tal fragmentação continha também uma virtude: a diversidade de informações.

Em função disso, optou-se pela utilização não de um mecanismo apenas, mas de três, devidamente explicados a seguir. Primeiramente, a fim de perceber a publicação como um todo, procedeu-se à elaboração de quadros temáticos que pudessem evidenciar as continuidades e descontinuidades que marcaram o período de existência da publicação. Em seguida, foi adotado o processo de recolha de dados tendo como base o programa *Acess*, cuja utilização foi decidida restringir-se somente aos artigos publicados na seção *Pedagogia*, já que eram os artigos que mais se prestavam àquele tipo de análise. Finalmente, optou-se por analisar cada uma das outras seções separadamente, de modo a aprofundar as informações constantes em cada uma delas. São apresentados, nesta parte do trabalho, os resultados dos três processos de análise da *Revista Pedagógica*, sendo que os referentes obtidos no processo de recolha de dados com base nas fichas do programa *Acess* serão analisados conjuntamente com os referentes da *Revista portuguesa* no Capítulo IV.

A fim de evidenciar a constituição da *Revista* em sua totalidade ao longo de sua existência, apresenta-se um conjunto de quadros que mostram a quantidade de páginas ocupadas por cada seção em cada número publicado, em dois momentos diferentes da vida da *Revista*. O primeiro refere-se ao Tomo 1º e vai do número 1, de novembro de 1890 ao número 6, publicado em março de 1891 (ressalte-se que os números foram publicados mensalmente, mas houve um salto do número 1 para o 3). O segundo apresenta os mesmos dados, porém num outro momento da existência da *Revista*: refere-se ao Tomo 5º e compreende os números 25/26/27, de setembro 1893 e 28/29/30, de dezembro do mesmo ano.

Quadro 1. RP - Número de páginas ocupadas por cada seção – TOMO 1º

Seções	Números da Revista				
	1	3	4	5	6
Editorial	1	1	2	8	3
Parte Official	76	41	13	6 e ½	12
Pedagogia	25	12	21	36	15
Pantheon Escolar	1	1	1	1	1
Chronica do Exterior	13	3	2	6	1 e ½
Chronica do Interior	10	2	20	6	22
Bibliografia	3	1			9
Acquisições do <i>Pedagogium</i>	2	½	½		
Visitas	1	½		2	½
Museus Pedagógicos		½			
Material Collectivo para as aulas do 2 grau			3 e ½		
Correio		1 e ½	1	1	
Notas	1				
Total de páginas:	133	64	64	66	64

RP - Número de páginas ocupadas por cada seção – TOMO 5º

Seções	Números da Revista	
	25/26/27	28/29/30
Editorial	-	-
Parte official	68	2
Pedagogia	48	140
Pantheon Escolar		
Chronica do Exterior	29	31
Chronica do Interior	23	11
Bibliografia		
Acquisições do <i>Pedagogium</i>		
Visitas		
Museus Pedagogicos		
Material Collectivo para as aulas do 2 grau		
Correio		
Notas		
Legislação	24	40
Total de páginas:	192	224

Do confronto entre os dois quadros, de imediato é possível perceber que em seus primeiros números de existência a Revista possuía uma maior diversidade de seções: Editorial, Parte Oficial, Pedagogia, Pantheon Escolar, Chronica do Exterior, Chronica do Interior, Bibliografia, Acquisições do *Pedagogium*, Visitas, Museus Pedagógicos, Material Collectivo para as aulas do 2º grau, Correio e Notas, ao contrário de anos posteriores, quando praticamente se reduziu àquelas que foram as mais constantes:

Parte Oficial, onde eram apresentados decretos, atos oficiais, nomeações, licenças, jubilações, exonerações, regulamentos etc.; **Pedagogia**, onde eram publicadas “memórias de pedagogia”; **Chronica do Exterior**, que apresentava o que se passava fora do país (notícias sobre publicações, modelos de escolas, projetos de lei, estatísticas, programas, despesas com ensino, congressos, etc.); e ainda a **Chronica do Interior**, onde eram publicadas notícias sobre acontecimentos ocorridos no próprio país, e **Legislação**, mais para o fim do período de existência da publicação⁵⁶.

Ainda com base no conjunto de quadros elaborados e dos quais se apresentaram, como exemplo, apenas esses dois, é possível apontar alguns aspectos. De fato, parece evidente que a Revista concentrava esforços em divulgar a parte legislativa (Parte Oficial e Legislação), uma parte formativa (Pedagogia) e notícias nacionais e estrangeiras (Chronicas do Interior e do Exterior). Entretanto, parece não haver um padrão ou uma tendência que possa explicar os critérios que norteavam a composição do espaço destinado a cada uma das seções, o que pode ser verificado quando se compara, em termos percentuais, o número de páginas de cada seção com o número total de páginas de cada número da Revista. A Parte Oficial, nos dois primeiros números, ocupou mais de 50% do número total de páginas, enquanto a seção Pedagogia ocupou cerca de 20%, a Chronica do Exterior, 10% e a do Interior, menos de 10% do total. O número 3 da Revista seguiu um padrão semelhante, ocupando a Parte Oficial 60%, a Pedagogia 20%, enquanto as Chronicas ocupavam um

⁵⁶ Torna-se importante referir que o aspecto gráfico da Revista muitas vezes não permitiu uma definição clara das seções no seu interior (a não ser as que tinham grandes títulos, como a Parte Oficial, Pedagogia, Chronica do Exterior, do Interior e Pantheon Escolar), fazendo com que o índice fosse inicialmente usado como critério para definir as partes da Revista, utilizando-se assim a definição da própria publicação. Entretanto, este procedimento não evitou alguns problemas, como por exemplo, aparecer no índice a indicação de Necrologias, como sendo uma seção, mas as notas necrológicas aparecerem em forma de notícias no interior da seção Chronica do Interior. Para solucionar a questão, procurou-se conjugar os dois critérios, mas com ênfase na configuração gráfica, tentando, na medida do possível, distinguir em cada exemplar os títulos maiores que forneciam indicações das partes constitutivas da Revista.

espaço bastante reduzido (3 e 2 páginas, respectivamente). Tal fato talvez possa ser parcialmente explicado pela necessidade de dar a conhecer a nova legislação criada com as reformas empreendidas pelo novo governo, fazendo com que os dois primeiros números tenham concedido tanto espaço à Parte Oficial.

Contudo, em números subsequentes, verifica-se um declínio do espaço destinado à Parte Oficial, ocupando 20% no número 4, 10% no 5 e menos de 20% no 6. A parte de Pedagogia ocupa 30%, 50% e 25%, a Chronica do Interior, 30%, 10% e 34% e a Chronica do Exterior ascende a 10% apenas no número 5, porque nos demais quase não aparece. Tais variações permanecem ao longo do tempo, fazendo supor que não havia um critério muito rígido de composição da Revista. A Parte Oficial, por exemplo, ao longo da existência da Revista Pedagógica quase sempre ocupou um espaço significativo do total de páginas impressas, havendo números em que chegou a ocupar quase 70% do total de páginas, todavia, em outros números, preencheu apenas 15%, 10% ou pouco mais de 5% do espaço total.

A seção Pedagogia, por sua vez, mesmo ocupando um espaço menor (em média entre 20 e 30%), teve em alguns números 50%, 60%, ou mesmo mais de 70%, quando se tratava da publicação de algum texto de natureza teórico-metodológica. Com relação às Chronicas do Exterior e do Interior é que se pode supor alguma tendência. A Chronica do Exterior situou-se em média em torno de 10% do total do espaço ocupado em cada número, sendo que em alguns deles alcançou os 15%, o que pode ser entendido como um indício da importância atribuída ao contexto internacional tomado como referência, já que foi uma das seções que permaneceu ao longo de toda a existência do periódico, mantendo uma certa constância no espaço ocupado. Este parece ser ainda o caso da Chronica do Interior, que permaneceu ao longo do tempo, mesmo quando ocupou algumas escassas páginas, mas situou-se entre 10% e 15% na maior parte dos números.

Após ter apresentado a análise da Revista como um todo, procede-se agora à exposição detalhada das seções **Pedagogia**, **Parte Oficial**, **Legislação**, **Chronica do Interior**, **Chronica do Exterior** e faz-se ainda uma análise das diversas personalidades apresentadas no **Pantheon Escolar**. Importa esclarecer que cada uma dessas partes foi objeto de uma análise diferenciada, de modo a perceber as peculiaridades de cada uma delas, ainda que se tenha procurado não perder de vista a publicação no seu todo.

A seção Pedagogia Esta parte do trabalho refere-se ao conteúdo proveniente do processo de identificação e catalogação de uma das seções da Revista Pedagógica: os artigos publicados na seção Pedagogia. Conforme mencionado anteriormente, os artigos identificados e catalogados na base de dados eram alvo de uma classificação que ao final permitia verificar uma maior ou menor incidência das temáticas (alunos, professores, currículo, sistema escolar, políticas e ideologias educativas ou saber de referência) no conjunto de textos analisados. Este procedimento de classificação permitiu identificar quais as temáticas predominantes no conjunto dos artigos publicados na seção Pedagogia. A esta classificação associa-se também um conjunto de palavras-chave, que ajudam a perceber, de forma mais pormenorizada, os assuntos tratados nos artigos⁵⁷. Vejamos então os quadros a seguir:

Quadro 2. RP - Textos classificados em cada temática:

Temática Principal	Número de ocorrências	%
Currículo	46	54,8
Sistema Escolar	20	23,8
Políticas e Ideologias Educativas	6	7,1
Saber de Referência	3	3,6
Professores	2	2,4
Alunos	1	1,2
Outra	6	7,1

⁵⁷ Foram utilizadas como palavras-chave para a classificação dos artigos de ambas as Revistas as entradas constantes do índice temático do *Repertório Analítico da Imprensa de Educação e Ensino*, com as devidas adaptações à língua portuguesa usada no Brasil.

Quadro 3: RP - As palavras-chave com maior incidência

Palavras-chave	3 ou mais ocorrências
Métodos de ensino	21
Sugestões de atividades	9
Sistema de ensino em outros países	9
Educação no estrangeiro	9
Trabalhos manuais	7
Ensino da leitura	5
Ensino da língua	4
Programas de ensino	4
Museus pedagógicos	3
Educação especial	3
Educação secundária	3
Trabalhos manuais na escola primária	3

Os quadros permitem a visualização mais imediata daquilo que se pretende expor mais detalhadamente a seguir. Os números do primeiro quadro mostram que no universo dos textos publicados na seção Pedagogia há o predomínio de questões relativas à concepção, à organização ou à condução dos atos educativos (que caracterizam a temática principal Currículo), sendo de se esperar que fosse maior também a ocorrência das palavras-chave associadas àquela temática principal: métodos de ensino, sugestões de atividades, trabalhos manuais, ensino da leitura, ensino da língua, ou ainda programas de ensino.

Verifica-se a seguir um segundo conjunto de textos no qual há o predomínio de questões de organização e funcionamento do sistema educativo escolar (que caracterizam a temática Sistema Escolar), no qual são frequentes as referências aos sistemas de ensino de outros países e à forma como se processa a educação no estrangeiro, palavras-chave que aparecem associadas à temática Sistema Escolar.

De fato, do universo de textos analisados, constituem a maioria os que tratam dos métodos de ensino, os que apresentam sugestões de como desenvolver atividades com os alunos, os que destacam a importância dos trabalhos manuais, os que abordam questões relativas ao ensino da leitura e da língua. No segundo maior conjunto de textos, os que foram classificados como tendo a temática principal Sistema de Ensino, além das referências aos sistemas de ensino e à forma como se processa a educação em outros países, também há textos sobre o ensino normal e sobre o papel dos museus pedagógicos. Os textos tratam ainda de questões referentes às reformas e à obrigatoriedade do

ensino e à educação especial. Há ainda textos cujos temas recaem sobre as lições de coisas e os programas de ensino.

Um bom exemplo de como eram tratados alguns desses temas é o artigo *A pedagogia do trabalho manual*, de E. Schmitt, publicado no ano de 1893, em duas partes em esquema de continuação. Cita mais de 50 personalidades, entre filósofos, pedagogos, diretores de estabelecimentos de ensino, além de políticos, para justificar seus pontos de vista sobre a importância da introdução dos trabalhos manuais na escola. Concorrem para a argumentação as recentes descobertas feitas pela anatomia e pela higiene. É interessante notar pontos em comum com um tipo de discurso veiculado em Portugal quanto ao caráter nocivo de uma educação sem exercícios físicos para a saúde das crianças.

Citando Herbert Spencer, utiliza uma de suas concepções a respeito das três dimensões da educação: física, intelectual e moral. Ainda nesta primeira, demonstra, em várias passagens, ter como base esta concepção. Na segunda parte, detém-se na explicação dos métodos que devem ser empregados.

A educação geral consiste na cultura racional de todo o ser humano, isto é, das disposições morais, intelectuais e físicas do menino. Estas qualidades, se bem que independentes, exercem uma sobre outra influência considerável e exigem um desenvolvimento paralelo e racional.

Revista Pedagógica, Tomo V, n.25, 26 e 27, 15/09/1893, p.96-97.

Faz-se presente em sua argumentação o exemplo da Escola Normal de Naas, na Suécia. A experiência da escola de Naas com a formação de professores para o desenvolvimento dos trabalhos manuais nas escolas, também citado por outros autores em outros artigos, ajuda a explicar o elevado número de referências à Suécia nesse artigo especificamente, assim como em todo o conjunto de artigos analisados na sessão Pedagogia⁵⁸.

Além de destacar a natureza temática dos textos publicados na seção Pedagogia, cabe apontar suas características em termos de autoria, origem e esquemas de publicação na Revista. Há um número considerável de textos que parecem ter sido “aproveitados” para a Revista, ou seja, que não foram escritos especialmente para aquela publicação. Essas características talvez possam ser explicadas se se levar em consideração os propósitos da Revista em termos

⁵⁸ O autor relata ainda que Benjamin Constant teria incumbido o professor Manoel José Pereira Frazão de seguir o curso da escola de Naas, o que parece confirmar a importância atribuída à instituição como referência no que tange aos trabalhos manuais.

daquilo que se propunha publicar. O editorial do primeiro número da Revista, que fazia a apresentação de suas disposições, dizia que a Revista Pedagógica propunha-se então publicar, além dos atos oficiais relativos à instrução primária e secundária:

as conferências e lições dos cursos do *Pedagogium*,
 memórias de Pedagogia, especialmente prática, de autores nacionais e estrangeiros,
 juízos críticos sobre métodos e processos de ensino,
 todas as informações de reconhecida utilidade para o progresso do professorado nacional

Revista Pedagógica, Tomo 1º, nº 1, 15/11/1890, p.1.

Estão ali expressas portanto as características da maior parte dos textos que se encontram na seção Pedagogia. São, alguns, exatamente textos provenientes de lições e/ou conferências proferidas no *Pedagogium*; outros, oriundos de obras de autores estrangeiros, e outros ainda de discursos proferidos por diretores e de relatórios de viagens de professores. As “memórias de Pedagogia”, com o destaque “especialmente prática”, e os “juízos críticos sobre métodos e processos de ensino” traduzem-se nos inúmeros textos que tratam das temáticas apontadas anteriormente.

Uma das peculiaridades da Revista era a publicação de textos em esquema de continuação, ou seja, partes de textos eram publicadas em diferentes números com a palavra “continua” no final do trecho inicial, mantendo o mesmo título do texto no trecho seguinte. Muitas vezes não se consegue perceber exatamente qual a dimensão das partes publicadas em relação ao texto como um todo, pois não há referência completa à obra de onde foram retiradas. Um exemplo do uso desse procedimento e ao mesmo tempo um exemplo do tipo de texto que figurava na seção Pedagogia é o artigo intitulado *Curso graduado de instrução e manual de métodos para uso dos mestres*, de H. Kiddle, T. Harrison e N. A. Calkins. Foram publicados seis trechos diferentes com este título, com indicações sobre como deveriam ser trabalhadas matérias como linguagem, aritmética, lições sobre objetos, desenho e escrita, bem como sugestões de atividades a serem desenvolvidas pelo professor, porém sem maiores referências a respeito da obra, números de páginas, a que parte da obra referiam-se as partes publicadas, entre outras omissões.

Além disso, importa referir que a análise das Revistas procurou focalizar a atenção sobre alguns temas, sendo que um dos mais importantes relacionava-se, sem dúvida, às menções à Pedagogia como conhecimento especializado. Tem-se artigos dos mais variados teores, como é o caso, por exemplo, do artigo de autoria de Maximino de A. Maciel que contém uma lição de língua portuguesa sobre a correta utilização dos pronomes e fenômenos linguísticos conhecidos como próclise, mesóclise e ênclise.

Parte Oficial e Legislação Como foi assinalado, esta parte da Revista Pedagógica ocupava-se basicamente da publicação de decretos, atos oficiais, nomeações, licenças, jubilações, exonerações, regulamentos, etc. Cabe assinalar que, em função dos objetivos deste trabalho, ela não será abordada em toda a sua extensão, dado que interessava analisar sobretudo os decretos, atos oficiais e regulamentos mais fundamentais, ou seja, aqueles que regulamentaram a constituição da estrutura governamental então erigida e nomeava os dirigentes de tal estrutura, bem como os que legislavam sobre os aspectos vinculados à pedagogia e aos saberes pedagógicos, estando nesse rol os relativos ao ensino normal. Também foram analisados detalhadamente os atos que de alguma forma fizeram menção ao estrangeiro, como os que regulavam as missões ao exterior, os museus pedagógicos e as exposições.

Nesses termos, interessa destacar, a título de exemplo, o decreto n.346, de 16 de abril de 1890, que criou a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, publicado logo no número 1 da Revista Pedagógica (de 15/11/1890), o qual apresentava, desde os militares que então ocupavam os postos-chave da estrutura recém-criada, como o Marechal Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da República, o General Benjamin Constant, como Ministro e Secretário de Estado, os Majores Lauro Sodré e João de Bittencourt Costa, como Secretários e, na estrutura do *Pedagogium*, Joaquim José de Menezes Vieira, como Diretor; Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho, como Secretário e Olavo Freire da Silva, como Conservador.

Ainda no mesmo número, foi publicado o *Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal*, que regula diversos aspectos do funcionamento da instrução no DF, evidenciando uma preocupação em dotar o sistema de ensino de um conjunto de princípios e normas a serem seguidos, de forma a obter um sistema unificado. Há itens mais gerais que dizem respeito à natureza e à estrutura do ensino, às disciplinas, à formação do pessoal docente,

além de artigos que prescrevem a manutenção, na Capital Federal, de uma ou mais escolas normais, sendo que cada uma delas deverá ter anexa uma escola primária modelo. Os atos relativos à legislação serão retomados em outras partes deste trabalho, à medida que mantiverem vínculos com o tema desenvolvido.

Chronicas do Interior e do Exterior. Conforme se disse anteriormente, tais seções mantiveram-se constantes e regulares ao longo do período de existência do periódico, evidenciando, que a própria estrutura da Revista procurou valorizar e destacar as dimensões local e global dos fenômenos educativos que formaram a construção teórico-metodológica da investigação. Dito de outra forma, a Revista manteve em sua estrutura uma atenção permanente a uma dimensão local, dando destaque ao que se passava em termos de iniciativas empreendidas no país, ao mesmo tempo que destacava também a dimensão internacional.

A Chronica do Exterior situou-se em média em torno de 10% do total do espaço ocupado em cada número, sendo que em alguns deles alcançou os 15%, podendo isto ser entendido como um indício da importância atribuída ao contexto internacional tomado como referência, já que foi uma das seções que permaneceu ao longo de toda a existência do periódico, mantendo uma certa constância no espaço ocupado. Também parece ser o caso da Chronica do Interior, que igualmente permaneceu ao longo do tempo, mesmo quando ocupou algumas escassas páginas, porém situando-se entre 10% e 15% na maior parte dos números. Contudo, é importante assinalar que também chegou a ocupar 25%, 30%, 35% ou mesmo 60% do total de um número, quando por exemplo foi publicada uma parte do relatório da viagem de um professor à Europa.

Poder-se-ia dizer que, em ambas as seções, as notícias giram em torno das questões referentes às iniciativas no sentido da implantação dos sistemas de ensino, no Brasil e no exterior. A seção **Chronica do Interior** era apresentada na forma de pequenas notícias, cuja chamada era justamente o nome do Estado a que correspondia a nota. Foram publicados dados estatísticos a respeito da educação em diferentes Estados do país, bem como suas respectivas legislações educacionais, notícias referentes à construção de prédios escolares, à criação de escolas normais e seus programas de ensino, notícias sobre as iniciativas ocorridas no *Pedagogium* e exposições pedagógicas.

Já a **Chronica do Exterior**, também estruturada em itens cujos títulos eram os nomes dos países aos quais as notícias diziam respeito, apresenta dados variados relativos ao estado da educação nos outros países, sendo recorrentes as notícias sobre a criação de escolas normais e seus programas, reformas de ensino, associações pedagógicas, estatísticas sobre as escolas públicas, sendo bastante significativo o número de notas que apresentam dados numéricos sobre escolas e alunos que as frequentam. Noticia-se a criação de museus pedagógicos em diversos países, as reformas dos planos de estudo, os regulamentos internos das escolas primárias e o seu funcionamento, dados sobre orçamentos e verbas destinadas à educação, em suma, informações sobre o funcionamento e a organização do ensino, demonstrando que se tratava de uma época de regulamentação não só da estrutura, mas do modo de funcionar do ensino. Ocorrem igualmente notícias sobre a criação de bibliotecas escolares, a realização de congressos, missões de professores de outros países ao exterior, notas sobre publicações periódicas e ensino especial para surdos-mudos.

As notícias referem-se tanto a países tidos como sociedades de referência no plano educacional, como: Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra, Suécia e Suíça, passando por Austria, Espanha, Dinamarca, Itália, Portugal, bem como referem-se às iniciativas que decorrem em outros países, tais como Argentina, Chile, Peru, Paraguai, Uruguai, Estados Unidos da América, México, Costa Rica, Equador, Guatemala, Venezuela, Colombia, Canadá, Japão e Rússia.

Pantheon Escolar. No início do trabalho de análise da Revista Pedagógica, esta seção não despertava tão grande entusiasmo quanto as outras, talvez em função da avaliação, equivocada, como se veria em seguida, de que ela não conteria tanto “conteúdo” para a pesquisa como as outras seções. Contudo, o simples procedimento de reunir todos os retratados num mesmo quadro evidenciou aspectos que se revelaram significativos para a formulação da importância e o significado de tal seção.

Em primeiro lugar, importa referir a maneira como a Revista apresentou a existência da seção: “Sob o título Pantheon Escolar, inauguramos neste número a galeria dos varões distintos pelos serviços à causa da educação popular.” (Tomo I, nº 1, 15/11/1890, p.132).

Retornando às origens, panteão vem do grego *pántheion* e do latim *pantheon*. Na Roma antiga, era um templo dedicado aos deuses. Normalmente é utilizado como um monumento destinado a perpetuar a memória de homens famosos (heróis nacionais, estadistas, etc.). Lugar de heróis e de homenagens, lugar de memória, portanto. E foi com base nesse entendimento que se procurou perceber a configuração do **Pantheon**, como lugar destinado não apenas a homenagear “os heróis da causa da educação popular”, mas orientado no sentido de construir uma memória dessas personalidades ligadas à educação. Ambição de construir uma memória pedagógica que, nesse sentido, também é uma forma de produzir conhecimento pedagógico.

A galeria dos “varões distintos” permite a presença de uma mulher: Flávia Maciel, apresentada como professora pública exemplar. Dos dezoito retratados, quatro são estrangeiros: Froebel (Alemanha), Michel de L’Epée (França), apresentado como o redentor dos surdos-mudos, João de Deus, “mimoso poeta português autor da cartilha maternal” e Cesar Cantu, denominado célebre historiador italiano.

Em relação às personalidades brasileiras, a memória parece se construir no sentido de destacar a ação das pessoas que estiveram ligadas à administração pública, sendo o primeiro a ter o seu retrato no Pantheon Benjamin Constant, apresentado como Primeiro Ministro da Instrução Pública. A seguir, mesmo uma personalidade do período Imperial não deixa de figurar na galeria de homens notáveis da causa da educação: Antônio Herculano de Souza Bandeira, apresentado como Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte.

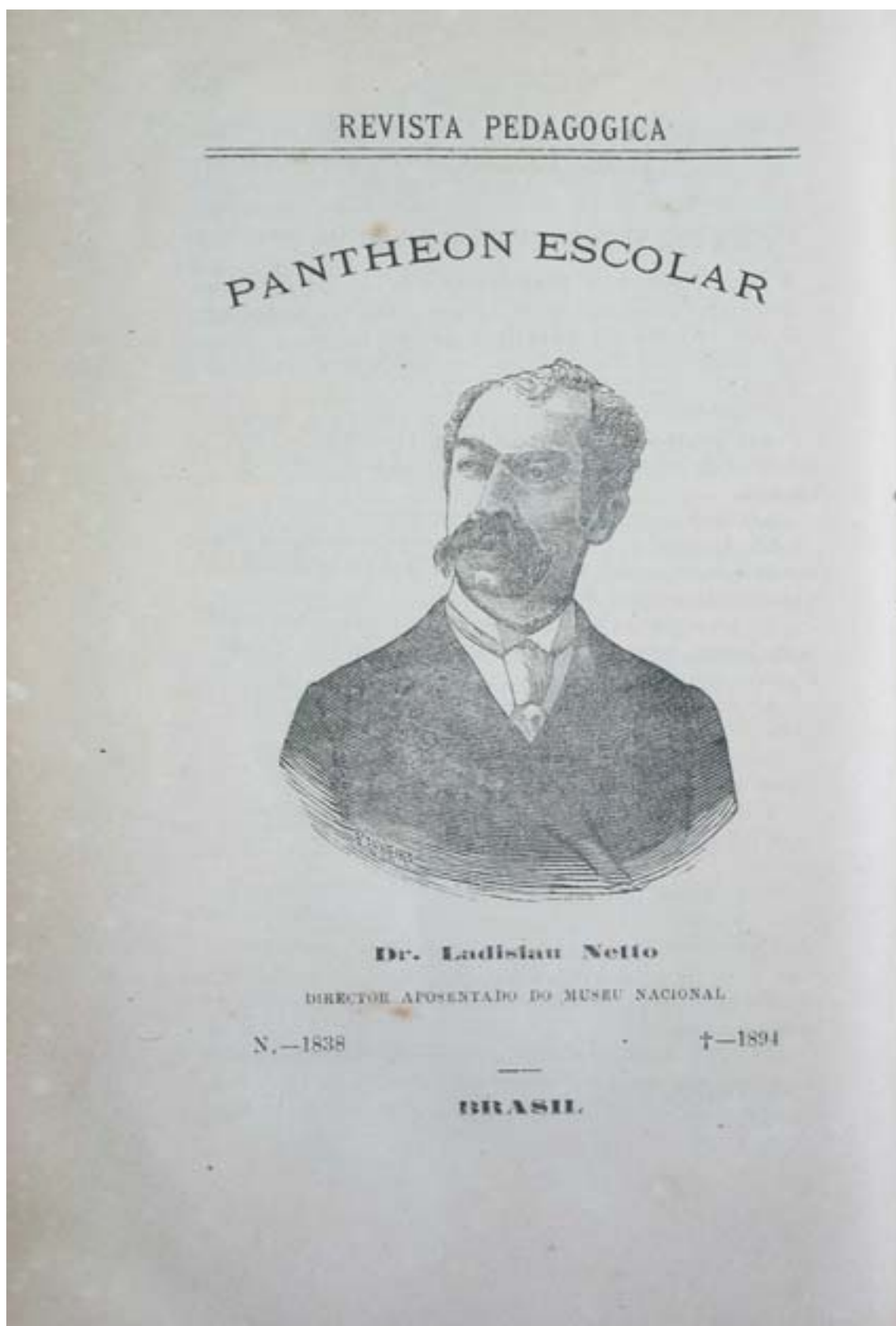
De memória antiga, fundadora, é a referência a José de Anchieta, situando-o apenas nas datas de nascimento e morte (1533-1597). Dois nomes do século XVIII também constituem memória: Frei Francisco Monte Alverne e José Bonifácio de Andrade e Silva, sendo também apenas referidos com aquelas datas.

Ladislau Netto, Caetano de Campos e Conselheiro Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella também são retratados, sendo destacadas suas funções administrativas: diretor aposentado do Museu Nacional, diretor da Escola Normal de São Paulo e diretor da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, respectivamente. Também é de destacar a

presença de Abílio César Borges, identificado apenas como Barão de Macahubas, sem nenhuma alusão às suas funções no Colégio Abílio.

Importa referir que também a Revista portuguesa manifestou, logo no seu primeiro ano de existência, o propósito de publicar “retratos dos compatriotas obreiros do progresso”, que vinham “propugnando pelo alevantamento científico, moral e industrial deste bom povo do ocidente.” (REE, Vol I, 1886, p.6), contudo, a publicação não chegou a publicar nenhum retrato nos moldes daqueles apresentados na Revista brasileira.

A título de exemplo, apresenta-se a seguir um dos retratos publicados no Pantheon escolar da Revista Pedagógica.



4.2. Revista de Educação e Ensino (1886-1900)

Na caracterização que foi feita logo no início deste Capítulo, viu-se que a REE teve um período de vida relativamente longo, tendo sido publicada regularmente ao longo de 15 anos, entre 1886 e 1900, e que apresentava como propósitos, no âmbito do próprio país, servir de “eco do movimento intelectual da Europa e da América, em questões do ensino”, preocupando-se com “as condições do desenvolvimento científico em Portugal”, ao mesmo tempo que procurava divulgar no estrangeiro a evolução das idéias e das práticas pedagógicas desenvolvidas em Portugal.

Procuraremos, nesta parte, avançar daquela caracterização mais geral para uma apresentação detalhada da estrutura e do conteúdo da Revista. Especificamente sobre a forma como está estruturada, nota-se que, diferentemente da Revista Pedagógica, que possuía uma estrutura mais fragmentada, constituída por partes distintas e com matérias de naturezas diferentes (artigos, notícias, traduções, documentos legislativos, etc.), a Revista de Educação e Ensino apresenta uma estrutura mais uniforme, constituída majoritariamente por artigos teóricos, muitos deles publicados em esquema de “continuação”, e outros de carácter especulativo e de divulgação científica.

Em termos do aspecto gráfico, o periódico português não sofreu mudanças significativas, apresentando, na capa, indicações do número, mês e ano; a seguir, o nome do director e dos colaboradores, com indicações sobre a ocupação ou os postos ocupados por cada um deles; logo abaixo, o sumário com os títulos dos textos apresentados e a indicação das páginas correspondentes. Por último, na parte inferior, notas sobre as condições da assinatura. Esta configuração sofreu ligeiras modificações, mas manteve-se basicamente assim ao longo do tempo.

A seguir, pode-se ver uma das capas da Revista de Educação e Ensino: a do número 2, de fevereiro de 1890.

N.º 2 — 1890

Fevereiro

Anno V

REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO

DIRECTOR — Prof. Ferreira-Deusdado

Com a cooperação efectiva dos ex.^{mos} srs.

A. dos R. GONÇALVES VIANNA, romanista.
A. D'AZEVEDO CASTELLO BRANCO, sub-director da Penitenciaría Central.
D. ANTONIO DA COSTA, antigo ministro de Instrução Publica.
Dr. ANTONIO JOSE TEIXEIRA, prof. (jubilação) da Universidade de Coimbra.
ANTONIO MARIA DE AMORIM, director geral de Instrução Publica.
Dr. BERNARDINO MACHADO, prof. da Universidade de Coimbra.
Dr. BETTIENCOURT RODRIGUES, membro da Sociedade Medico-Psychologica de Paris.
EDUARDO VILLAÇA, prof. do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa.
Dr. F. ADOLPHO COELHO, prof. do Curso Superior de Letras.
G. DE VASCONCELLOS ABREU, Idem.

L. F. SILVEIRA DA MOTTA, membro do Conselho Superior de Instrução Publica.
JAYME MONIZ, vice-presidente do Conselho Superior de Instrução Publica.
JOÃO DE ALMEIDA PESSANHA, director e prof. da Escola Industrial de Beaganga.
J. ANTUNES PINTO, prof. do Instituto de Agronomia e Veterinaria.
J. C. RODRIGUES DA COSTA, Tenente Coronel d'Artilheria.
RICARDO JORGE, prof. da Escola Medico-Cirurgica do Porto.
Dr. WENCISLAU DE LIMA, prof. da Academia Polytechnica do Porto.
VIDIGAL SALGADO, prof. do Real Collegio Militar.
VISCONDE DE OUGUELLA, antigo deputado da nação.

SUMMARY:

<i>Adolpho Coelho</i> —Os concursos para o magisterio secundario....	49
<i>Alfredo Dias</i> —Educação physica.....	56
<i>Vidigal Salgado</i> —Educação militar segundo Corsi.....	64
<i>Cincinnato da Costa</i> —Agricultura.....	67
<i>Ferreira-Deusdado</i> —A escola de sciencias politicas e o curso do sr. Dreyfus-Brisac.....	74
O ensino publico na Suecia.....	77
<i>Regis Delboeuf</i> —Bulletin bibliographique.....	83
<i>A. J. Teixeira</i> —Documentos para a historia litteraria e pedagogica....	94

Condições da assignatura

Publica-se mensalmente em fasciculos de 48 paginas.
Portugal: Anno 2\$000 réis. Avulso 200 réis—Brazil: Anno 7\$500 réis (moeda brasileira).

Administrador — Frederico Homem. Toda a correspondencia deve ser dirigida ao escriptorio, Travessa da Palha, 123, 2.ª, Lisboa.

A contracapa apresenta o nome da editora (começou por ser editada pela Biblioteca das Obras Úteis e Ilustradas, mas em maio de 1890, após ter passado por dificuldades econômicas, passou para as mãos da editora Guillard, Aillaud & Cia, de Lisboa) e seus endereços: um em Paris e a filial em Lisboa, além de anúncios de mapas escolares e atlas com as suas respectivas especificações, livros para crianças, manuais, livros de História, etc. As capas e contracapas finais apresentam anúncios de dicionários, livros, além de elixires e xaropes para crianças⁵⁹; anúncios sobre publicações diversificadas, “livros de educação”, elementos de geografia geral; noções de língua e literatura portuguesa; “novidades literárias”: capítulos de história religiosa; excursão na Itália por um brasileiro; “biblioteca infantil”, coleção de obras para crianças. Em 1892, na rubrica “Biblioteca de divulgação científica”, anunciam-se títulos sobre: continentes e oceanos, homens célebres, medicina popular, fenômenos da atmosfera. As obras de Ferreira-Deusdado, principal editor da Revista, também são anunciadas com destaque.

Importa referir que as contracapas variaram bastante ao longo do tempo. Apresenta-se a seguir um exemplo de um dos números da Revista no ano de 1891.

⁵⁹ Em 1891, enquanto a revista continha a parte dedicada à agricultura, apresentava também anúncios de pulverizadores, estabelecimentos dedicados à venda de máquinas agrícolas etc, bem como publicações específicas, estudo prático sobre a reconstituição das vinhas.

GUILLARD, AILLAUD & C.^a

47, Rua de St. André des-Arles, 47 ²/₃ FILIAL — 242, Rua Aurea, 1.

Paris

Lisboa

BIBLIOTHECA INFANTIL

Viagens — Magníficos alburns em 4.º, ornados com numerosas chromo-lithographias: 1.º Viagem á roda do mundo n'uma casquinha de noz; 2.º Oito dias n'um aquario; 3.º Rio acima; 4.º Viagem pela Europa; 5.º Viagem pela Asia e Africa; 6.º Viagem pela America e pela Oceania — Cada um.....

800

Collecção de diversos alburns ornados com numerosas chromo-lithographias, para creanças

Bibliotheca microscopica — Collecção de historietas para creanças: 1.º A' hora do recreio. 2.º As minhas brincadeiras. 3.º A vida no campo. 4.º Aventuras do sr. Anacleto. 5.º Brincadeiras de meninas. 6.º Brincadeiras de rapazes. 7.º Entretenimentos. 8.º Macacos e cães sabios. 9.º No campo. 10.º Novas aventuras do sr. Anacleto. 11.º O circulo ambulante. 12.º Umas bellas ferias, cada um

20

Contos infantis — Collecção de 20 pequenos alburns em 18.º 1.ª série: 1.º Aladino ou Lampada maravilhosa. 2.º Ali-baba ou os 40 ladrões. 3.º Aventuras de Robinson Crusoe. 5.º Barba (o) azul. 6.º Carrapatinho (o). 7.º Gato (o) das botas. 8.º Margarida. 2.ª série. — 9.º Os carinhos de Julio recompensados. 10.º A feira. 11.º Historietas tragi-comicas. 12.º Lucia, Jorge e os seus amigos. 3.ª série. — 13.º Depois do estudo. 14.º A feira de Belem. 15.º Historias alegres. 16.º Joanna e Germana. 17.º As pequenas industrias. 18.º Os prazeres do campo. 19.º Quadrupedes. 20.º Os viajantesinhos — Cada um.....

40

Biblia infantil — Collecção de trechos escolhidos do Antigo Testamento, 8 vol. em 18.º 1.º Moysés, 2.º José, 3.º Ruth e Noemia, 4.º David, 5.º Natã, 6.º Milagres, 7.º Parabolas, 8.º Paizão; cada um

40

Historias infantis — 16 alburns em 12.º—1.º Antonio Manços sempre em balanços. 2.º Ben'o-Cabeça de vento, 3.º Doutor (o) bravo, o caçador intrepido, 4.º Joaquim Cordeiro, o arruaceiro, 5.º José Themudo, trepa a tudo, 6.º Manuel Esteves, rabisca paredes, 7.º Maria Rosa, a teimosa, 8.º Mario, o temerario, por alcunha o mão leve. 2.ª série.— 9.º Os brinquedos da avózinha, 10.º Os desastres de Mauricio, 11.º Os divertimentos do inverno, 12.º Os dois priminhos na praia de banhos, 13.º Georgina e a sua boneca. 14.º As lições do avózinha, 15.º Um mez em casa de meu tio, 16.º Passeios de Paulo ao campo; cada um.....

60

3.ª série.— A justiça — Um dia bem aproveitado.

90

4.ª série.— A educação do menino — Uma reunião em casa de Josephina

120

A sciencia infantil ou Recreações instructivas sobre os animaes, mineraes, etc., 6 alburns em 8.º— 1.º Feras (as), 2.º Gallina-ceas (as), 3.º Macacos (os) e os roedores, 4.º Papagaios e borboletas, 5.º Reptis (os), 6.º Util (o) e o agradável; cada um

100

Theatro infantil — Contos para creanças, apresentados sob a fórma de espectáculo, com diversas transformações no interior do volume, 3 alburns em 4.º—1.º Ali-baba ou os 40 ladrões, 2.º Bella (a) e a fera, 3.º Whittington e o seu gato; cada um.

300

2.ª série.— Collecção de 8 alburns, como os precedentes, n'um formato mais pequeno.—1.º Aladino, 2.º Aventuras de Robinson Crusoe, 3.º O Barba Azul, 4.º A bella adormecida, 5.º A espiã vermelha de Rosa, 6.º A Gata Borracheira, 7.º O novo Gulliver, 8.º A pata dos ovos de ouro; cada um.....

240

Remessa franca de porte a quem enviar a sua importancia a R. A. de Figueiredo, 242, Rua Aurea, 1.º— Distribuição gratis do catalogo geral.

Sobre a forma como era produzida a REE, as indicações obtidas a partir dos editoriais e de alguns trechos dos próprios textos permitem inferir que a Revista contava com a colaboração de pessoas que se responsabilizavam por determinadas seções. Ou seja, embora a estrutura impressa da Revista não apresente segmentações, sua redação parece obedecer a determinadas divisões organizadas em torno de áreas de saber e de colaboradores responsáveis por cada uma delas⁶⁰.

Em seus primeiros anos de existência, a Revista teve como subtítulo “Publicação mensal ilustrada dedicada ao professorado, lavradores e criadores de gado de Portugal e Brasil”, com o destaque “com a colaboração das maiores autoridades científicas, pedagógicas e de agrônomos e médicos veterinários”. Entre 1887 e 1888, passou a “Publicação científica dedicada especialmente aos assuntos pedagógicos, agrícolas e zootécnicos”. O editorial do primeiro número da Revista explica a existência das duas seções:

De mês a mês verá o nosso jornal a luz pública, dividindo-se cada número em duas seções. Na primeira serão explanadas todas as questões importantes que dizem respeito à educação e ensino, (...). E como, mormente nas escolas rurais, o ensino, inspirando-se no destino provável dos alunos e na natureza predominante no nosso país, que é essencialmente agrícola, deve sempre tomar uma orientação tendente para preparar futuros bons lavradores, lá se encontrará na segunda parte uma judiciosa resenha dos assuntos mais importantes relativos à agricultura e ciências correlativas (

Revista de Educação e Ensino, vol I, n.1, fevereiro 1886).

Em 1889 Ferreira Deusdado afirmava que a REE deveria, em função do seu espírito geral, “condensar, em forma acessível, as recentes aquisições metodológicas, vulgarizando os preceitos científicos e pedagógicos”. O periódico que, segundo ele, “condensava as doutrinas mais adequadas a uma publicação daquela natureza”, poderia então “servir de ponto de reunião, onde cada redator exponha, sob responsabilidade individual, o alvo científico a que mira”. A Revista afirmava então, na figura de seu fundador, uma significativa abertura científica

⁶⁰ Em editorial do ano de 1889, que aqui tomamos como exemplo, eram apresentadas como seções (não da Revista, mas da redação): agricultura, zootecnia e ensino especial (sendo seus responsáveis, dois professores do Instituto de Agronomia e Veterinária, um inspetor de pecuária e um professor do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa); psiquiatria (por um médico alienista); penologia (o sub-diretor da Penitenciária, um advogado e antigo deputado e um advogado e criminalista) e antropagogia militar (um tenente coronel de artilharia, um capelão militar e um professor do Real Colégio Militar).

ao permitir, congregando a maioria dos especialistas portugueses nas matérias veiculadas, a publicação de opiniões nem sempre coincidentes, em várias das questões debatidas em suas páginas. Ferreira Deusdado concluía: “Nas suas páginas, todas as lições têm cabimento, quer visem ao lado especulativo, quer ao lado prático, às escolas oficiais ou às escolas livres. Finalmente abre liça para todas as opiniões no vasto campo da educação em geral”. E apresentava a seguir os nomes dos responsáveis pela redação de cada seção.

Não é nosso objetivo discorrer sobre esses personagens nesta parte do trabalho, já que serão objeto de análise no Capítulo V. O que nos interessa aqui é apontar três aspectos: o primeiro, referente ao caráter híbrido inicial da Revista, que pode ser explicado em função da estrutura econômico-social do país, então eminentemente agrícola⁶¹; o segundo, a concepção predominante de que a Revista deveria trilhar o caminho da divulgação científica, daí afirmar uma significativa abertura científica (“nas suas páginas todas as lições têm cabimento”), congregando especialistas nessas matérias e permitindo a publicação de opiniões de responsabilidade individual nem sempre coincidentes. E há ainda um terceiro aspecto que deve ser destacado: a conclusão daquela passagem (“finalmente abre liça para todas as opiniões no vasto campo da educação em geral”) aponta para uma concepção bastante ampla do que seja “o vasto campo da educação em geral”. Isto talvez explique, por um lado, o caráter ainda pouco especializado do campo educacional e, por outro lado, a vasta gama de assuntos (re)tratados na Revista.

É importante referir que a partir de 1890 a Revista abandona progressivamente o tratamento de assuntos relacionados com as questões agrícolas, mas permanece a vasta gama de assuntos abordados. A fim de dar a conhecer a riqueza e a diversidade dos artigos publicados e levando em consideração o fato da publicação não possuir partes diferenciadas, procurar-se-á então apresentar os assuntos contemplados na Revista agrupados em três grandes núcleos temáticos: questões de natureza pedagógica e educativa, análise dos sistemas de ensino e divulgação de assuntos de natureza científica e cultural⁶².

A respeito das *questões de natureza pedagógica e educativa*, destacam-se os textos que se dedicaram a analisar o papel crucial da educação no

⁶¹ Os camponeses representavam cerca de 70% da população do país nesse período.

⁶² Utiliza-se aqui a categorização usada no Repertório Analítico da Imprensa de Educação e Ensino (1993).

processo de “progridimento” da nação. Nesse conjunto de textos, são analisadas noções de educação, pedagogia, instrução e ensino. Tais conceitos são abordados em seus aspectos intelectual, físico, moral, cívico, político, além de religioso e militar. São publicados textos de investigação em ciências da educação, associando as contribuições da pedagogia (estudos sobre a escolaridade mal dirigida, a fadiga escolar, os métodos), da psicologia (atenção, memória, a sensibilidade, o raciocínio), da psiquiatria (estudos desde a representação psíquica do mundo até à sugestão hipnótica em educação, passando pelos métodos experimentais e os estudos de antropometria e das doenças mentais), da sociologia e da antropologia, onde surgem os estudos sobre a criminalidade e delinquência (questões do direito penal, médico-legais, estatísticas e psicológicos). Sob este aspecto são muitos os textos sobre regeneração de delinquentes e a educação correcional. Há ainda artigos sobre a educação das crianças e dos jovens, tanto “desde o berço” e nas “primeiras idades”, como em estabelecimentos escolares. Também aparecem textos sobre a educação da mulher e sobre a condição feminina.

Os textos agrupados sob o tema da *análise dos sistemas de ensino* referem-se tanto à esfera nacional quanto à experiência de outros países e versam sobre os diferentes níveis de ensino. No que se refere ao ensino primário, os temas abordados referem-se à obrigatoriedade do ensino, à descentralização, à instrução popular, aos jardins de infância, ao ensino público e ao ensino livre⁶³ (defendendo-se a proteção e o incentivo ao primeiro, mas também a iniciativa privada). Em relação ao ensino secundário, analisam-se os programas de ensino, apresentam-se propostas de reforma, bem como análises sobre os exames. Em relação ao ensino superior, há referências ao Curso Superior de Letras⁶⁴

Por último, em relação à *divulgação de assuntos de natureza científica e cultural*, é importante referir que a Revista dedicou parte significativa de seu espaço à divulgação científica, expressando de forma reiterada, em diversos momentos ao longo de sua existência, a intenção da Revista de levar informação a um público mais alargado, contribuindo, assim, para a “santa causa da instrução”, como se viu anteriormente na análise de alguns de seus editoriais. Nesse sentido, sobressai, em primeiro lugar, a divulgação da história pátria, à

⁶³ Ensino livre = todos os institutos cujo professorado não é nomeado nem pago pelo Estado e ensino particular é aquele que é dado no domicílio pelo professor livre

⁶⁴ Sobre a criação deste Curso que corresponde à cátedra criada na Sorbonne por Henri Marion, ver Ferreira Deusdado, 1909.

qual é conferido um estatuto especial com a publicação dos “Arquivos de Inéditos Históricos” nos anos de 1893 e 1894⁶⁵, onde foram publicados documentos inéditos guardados na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Lisboa (refira-se, como exemplo, as cartas do “Marquês de Pombal no desterro” da Coleção Pombalina depositada na BNL) e a publicação regular de estudos e documentos, nomeadamente sobre numismática, pré-história, arqueologia, antiguidade clássica, romanização e Descobrimentos.

É preciso referir ainda que, no âmbito dessa dimensão cultural e enciclopédica, foram publicados estudos sobre moral e filosofia, abordando que vão desde temas religiosos até à doutrina da evolução e origem do homem; sobre as condições do desenvolvimento científico nacional; sobre as diversas ciências, dentre elas a zoologia (sobre a “história do museu de história natural”) e a geologia (relato de “passeios geológicos na região de Lisboa”), bem como estudos sobre a colonização portuguesa e os monumentos nacionais. As questões agrícolas também têm relevância, sobretudo em relação à vulgarização de conhecimentos e técnicas.

Também a História da Educação tem um lugar de destaque com a rubrica “Documentos para a História Literária Pedagógica”, na qual foram publicados documentos sobre a reforma pombalina da instrução, “Apontamentos para a história do ensino livre em Lisboa”, “Breve notícia dos colégios, conventos e mosteiros fundados nos distritos de Coimbra, Aveiro e Leiria” e trechos de textos do livro de Ferreira Deusdado *Educadores Portugueses* nos quais foram noticiados dados biográficos de personalidades como Ribeiro Sanches, Mousinho de Albuquerque, Almeida Garrett, Castilho, Verney e Martinho de Mendonça.

Foram publicados igualmente textos oriundos de conferências, palestras, além de traduções de autores estrangeiros (sendo de destacar a tradução integral do *Curso de Pedagogia* de Gabriel Compayré), bem como discursos e debates parlamentares, relatórios oficiais e legislação, relatos de experiências e projetos vários. Publicou ainda uma rubrica denominada “Boletim Bibliográfico”

⁶⁵ Nesses anos, tal denominação passa a constituir o subtítulo da Revista, passando a substituir os outros dois já mencionados anteriormente.

que apresentava críticas e notícias acerca de publicações nacionais e estrangeiras⁶⁶.

A Revista não apresenta partes propriamente ditas, ou seja, não são partes pré-estabelecidas que aparecem em todos os números, mas sim algumas rubricas, tais como *Necrologia*, na qual se registram as notas biográficas em tom de homenagem de personalidades que morreram e em relação às obras realizadas; *Boletim Bibliográfico* ou *Bibliografia*, na qual se publicam artigos onde se fazem resenhas de livros nacionais e estrangeiros (as resenhas variam de tamanho, dependendo do livro e do autor do artigo - algumas delas são breves, sucintas e meramente informativas, enquanto que outras constituem oportunidade para o autor também explanar sobre o mesmo assunto que o livro resenhado).

Importa registrar ainda a presença significativa de traduções e também de textos em francês, além de muitos artigos de cunho religioso. Também há a presença ocasional de *Documentos oficiais* (relatórios, pareceres, decretos) ainda que não numa rubrica especialmente dedicada ao tema

Passemos agora à análise do processo de identificação e catalogação de artigos, realizado em relação à Revista portuguesa, de modo semelhante ao que foi feito com o periódico brasileiro. Como resultado desse trabalho, apresentam-se a seguir os quadros relativos à classificação dos artigos de acordo com a sua temática principal e as palavras-chave de maior incidência:

⁶⁶ A publicação do livro de Gabriel Compayré merece um comentário à parte. Obra de referência do período e que passou a ser um marco no campo pedagógico, a obra impressiona pelo detalhamento dos assuntos abordados, a amplitude desses mesmos assuntos e pela quantidade de citações feitas a diversas outras obras. O livro de Compayré começou a ser publicado na REE em novembro de 1892 e sobre isso assim se pronunciava a Revista, nas palavras de Ferreira Deusdado: “Encetamos hoje nesta Revista a publicação do *Curso de Pedagogia*, de Gabriel Compayré, traduzido pela primeira vez em língua portuguesa. A obra do ilustre professor é uma das mais notáveis no gênero, não só por aproveitar em muitas páginas as próprias palavras dos grandes mestres e por estar ao corrente do moderno movimento pedagógico, como também pela clareza expositiva dos fatos desta ciência.” (REE, novembro de 1892, p.481).

Quadro 4: REE - Número de textos classificados em cada temática -

Temática Principal	Número de ocorrências	%
Políticas e Ideologias Educativas	37	29,1
Saber de Referência	31	24,4
Sistema Escolar	24	18,9
Currículo	20	15,7
Professores	7	5,5
Alunos	3	2,4
Outra	5	3,9

Quadro 5: REE - Palavras-chave com maior incidência -

Palavras-chave	3 ou mais ocorrências
Correntes do pensamento pedagógico	12
Questões sociais da educação	9
Questões psicopedagógicas	8
Organização do sistema de ensino em Portugal	7
Organização do sistema de ensino no estrangeiro	7
Métodos de ensino	6
Pedagogia	6
Reformas de ensino	6
Educação física	5
Educação especial	4
Educação moral	4
Instrução pública	4
Educação e desenvolvimento social	3
Ensino da escrita	3
Ensino da leitura	3
Obrigatoriedade do ensino	3
Ensino secundário	3
Instrução primária	3
Professorado	3

Como foi visto no caso da Revista brasileira, se, por um lado, as temáticas principais situam os textos em relação a temas mais gerais, as palavras-chave servem para dar uma idéia mais detalhada a respeito dos assuntos tratados em cada um deles. Assim, importa relacionar as palavras-chave de maior incidência no conjunto dos textos analisados em relação às temáticas apresentadas.

O processo de catalogação dos artigos da Revista de Educação e Ensino evidenciou uma maior amplitude de temas abordados, ao contrário do que ocorreu com a Revista Pedagógica, onde se verificou o predomínio de questões

referentes à temática currículo, em primeiro lugar, e da temática sistema escolar, em segundo. Em relação à Revista portuguesa, verifica-se que as questões debatidas em suas páginas repartem-se majoritariamente entre aquelas relacionadas às políticas e ideologias educativas, em primeiro lugar; referem-se aos saberes de referência, em segundo lugar; também contemplam a organização e o funcionamento dos sistemas de ensino; e, por fim, também dizem respeito ao currículo.

Como se viu na parte referente ao trabalho com as fontes, a classificação utilizada para catalogar cada artigo segundo a sua temática principal (e retomamos aqui tal classificação a fim de melhor explicitar os comentários a respeito das temáticas predominantes) previa que os artigos seriam classificados na temática *Políticas e Ideologias educativas* quando se centrassem em medidas específicas de orientação do sistema escolar (reformas, normas), quando se centrassem em valores e/ou finalidades educativas, ou quando se referissem a correntes pedagógicas enquanto tal.

Os artigos que foram agrupados nessa categoria abarcam temas bastante diversificados e que ocupam um espaço considerável nas páginas da Revista, na medida em que muitas vezes cada artigo é publicado em esquema de continuação diversas vezes. Nesta categoria foram inseridos os artigos sobre *educação e criminalidade, as prevenções contra a criminalidade, regeneração dos delinquentes, educação correcional, os ensinamentos e o crime, educação religiosa e criminalidade*, além de artigos que versam sobre o alcoolismo, a estatística criminal portuguesa e o código penal português, além de artigos sobre congressos de antropologia criminal.

Outro tema recorrente que também foi inserido nesta classificação refere-se à educação militar. Importa registrar a ocorrência de inúmeros artigos sobre educação e instrução militar (com a defesa, por exemplo, de sua respectiva introdução na escola primária, em associação com a educação moral e cívica) em textos que versam sobre: *a educação militar na escola, a antropagogia militar, a instrução militar nas escolas militares estrangeiras*.

Também tem destaque nas páginas da Revista o problema da proteção à infância desvalida em relação aos menores abandonados e “pervertidos”, com ênfase nas escolas de educação e assistência a menores, em artigos como *a sociedade para a educação de crianças abandonadas e pervertidas na Finlândia*

rusa. Em relação a esses temas, percebe-se a grande incidência da palavra-chave *questões sociais da educação*.

Outro tema que ocupa grande espaço e que também figura nesta categoria refere-se à educação especial, com referências a métodos e instituições (como o *Instituto de surdos-mudos de Lisboa*) e havendo por vezes resenhas históricas do ensino dos surdos-mudos, dos cegos e dos “atrasados” e “débeis”. Por fim, cabe registrar que nesta temática se encontram ainda artigos sobre reformas de ensino, em Portugal e em outros países, descentralização e obrigatoriedade do ensino, educação da mulher e educação moral e religiosa.

Dado o grande destaque dado às essas questões, as palavras-chave correspondentes também figuram no rol das que mais aparecem: *reformas de ensino, educação especial, educação moral, educação e desenvolvimento social e obrigatoriedade de ensino*.

A mesma classificação previa que os artigos entrariam na temática *Saber de referência* desde que se centrassem na tipificação e/ou análise (descritiva, comparativa ou avaliativa) da situação dos “saberes educativos” (teorias, formulações teóricas). Assim, nesta categoria figuram textos sobre *pedagogia, educação intelectual, educação dos sentidos, cultura da atenção, cultura da memória, cultura da imaginação*. A incidência desses artigos ajuda a explicar a significativa proporção da palavra-chave *correntes do pensamento pedagógico e pedagogia*, associadas à essa temática.

Também figuram textos sobre a *psicologia aplicada à educação, a psicologia e doenças mentais*, assim como os textos que abordam questões relativas à higiene escolar, principalmente no que diz respeito às doenças provocadas pela escola, à inspeção médica e à profilaxia das doenças contagiosas. O *cansaço mental provocado pela escola* e o *cansaço mental na civilização moderna*, bem como estudos sobre patologias nervosas e antropometria escolar também são recorrentes nos artigos classificados nesta temática, cuja palavra-chave associada foi *questões psicopedagógicas*.

A temática *Sistema escolar* diz respeito a questões de organização e funcionamento do sistema educativo escolar. Assim, os textos agrupados nesta categoria apresentam questões que versam sobre a instrução primária, o ensino secundário, a instrução pública, os exames, o ensino rural, o ensino profissional, *a instrução nacional na Finlândia, o ensino público nos Estados Unidos da América, o ensino público na Suécia*. As palavras-chaves associadas a essa

temática foram: *organização do sistema de ensino em Portugal, no estrangeiro, instrução pública, ensino secundário e instrução primária*.

Já na categoria *Currículo*, que se centra nas questões de concepção, organização ou condução dos atos educativos, há artigos dedicados ao ensino das artes (música, canto, desenho) na escola e à metodologia e à didática, mencionando-se métodos de leitura e escrita, lições de coisas e questões de ortografia, em textos tais como *O novo plano de educação secundária*, *O ensino da arte na escola*, *A reforma ortográfica em França*, *Educação física* (incluindo um longo estudo sobre a história do respectivo ensino em Portugal). Consideram ainda o ensino da História, da Geografia, Filosofia, Filologia, Línguas Estrangeiras, Línguas e Literaturas clássicas, Ciências, bem como da Medicina e da Psiquiatria em Portugal. Também o ensino profissional constitui objeto de estudo, bem como a defesa do ensino da agricultura em todos os graus de ensino. As palavras-chaves associadas a esta temática foram: *métodos de ensino, educação física, ensino da escrita e ensino da leitura*.

Por fim, cabe mencionar que, embora em menor número, também foram identificados artigos que se encaixavam nas temáticas *Professores e Alunos*, sendo de registrar que na primeira foram publicados artigos sobre a formação pedagógica e científica, perfil e função do professorado, bem como sobre concursos e congressos pedagógicos. Já na temática *Alunos* foram classificados os textos que versaram sobre disciplina, deformações físicas provocadas pela má postura corporal ou pelas condições do espaço escolar.

O objetivo deste capítulo, manifestado desde logo no seu título, *Um olhar sobre as Revistas*, pretendeu lançar um olhar ao mesmo tempo extensivo e em profundidade sobre as duas publicações, procurando analisá-las sob diferentes aspectos. Assim, procurou-se, com base na caracterização mais geral das duas publicações, ressaltar as características que marcaram o contexto de produção de cada uma das Revistas, ressaltando as diferenças entre elas, sobretudo no que se referia às suas estruturas.

Em outro momento, buscou-se situar as Revistas no contexto sócio-histórico-cultural dos dois países em confronto com o contexto internacional, evidenciando tanto a ocorrência de fenômenos em escala global quanto os contextos locais e as grandes questões dos dois países. Finalmente, neste último item que se acabou de ver, foi feita uma detalhada análise das duas publicações, apresentando aspectos relacionados à materialidade dos

periódicos, bem como às temáticas predominantes, aos assuntos tratados em cada uma delas e às características de sua composição.

No capítulo a seguir, procura-se estender esta análise, centrando o olhar numa dimensão comparada mais acentuada através da mobilização das referências evidenciadas no processo de identificação e classificação dos artigos. Desta forma, utilizam-se os referentes apresentados nas Revistas como elementos que contribuem, em cada um dos contextos analisados, para a construção de um discurso educacional com vistas à especialização, bem como para a configuração de um campo pedagógico esboçado através da identificação das redes nas quais se movem personagens e instituições que realizam tanto a produção discursiva quanto a estruturação do campo, processo que será visto no Capítulo V.